



PREGÃO ELETRÔNICO N. 010/2026

EDITAL N. 011/2026

CONTRATANTE

Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim

UASG - 926071

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de medidores de vazão para água, contemplando equipamentos das tecnologias eletromagnética e ultrassônica, destinados à medição, monitoramento e controle de vazões no sistema de abastecimento de água operado pelo SAAE de Mogi Mirim/SP.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/05/2026 às 9h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço

MODO DE DISPUTA

Aberto e fechado

PROCESSO N. 010107/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N. 010/2026
EDITAL N. 011/2026

O Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim (SAAE) torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, objetivando a contratação de empresa para aquisição de bens descritos no Item I – OBJETO deste Edital, com a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, Lei Orgânica Município, Decretos Municipais n. 9.166/2023, 9.304/2024, 9.305/2024 e 9.306/2024 e demais normas complementares e disposições deste instrumento.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico de comunicação pela INTERNET. O sistema referido utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em toda etapa do certame.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de medidores de vazão para água, contemplando equipamentos das tecnologias eletromagnética e ultrassônica, destinados à medição, monitoramento e controle de vazões no sistema de abastecimento de água operado pelo SAAE de Mogi Mirim/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração



de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.7. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.5 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.
- 7.11. No modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2. empresas brasileiras;

7.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1. conter vícios insanáveis;

8.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

8.5.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



8.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

8.8.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.10.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.



8.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO



9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,



devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1



9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em, mas não se limitando a elas:

I) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

II) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

III) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

IV) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

V) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

VI) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

VIII) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

IX) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

X) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.19.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.20. A documentação relativa à habilitação **fiscal, social e trabalhista** consistirá em:

I) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União);

IV) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, no que tange aos débitos efetivamente inscritos em Dívida Ativa.

V) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;

VI) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS);

VII) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

9.21. A documentação relativa à **habilitação econômico-financeira**, consistirá em:

I) Certidão negativa de efeitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

II) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. (O balanço deverá estar registrado e autenticado pelas Juntas Comerciais ou repartições encarregadas do Registro do Comércio).



9.22. Quanto à certidão que omitir a data de seu vencimento, só serão aceitas as que forem expedidas com prazo não superior a 06 (seis) meses a contar da data da abertura dos envelopes dos documentos para habilitação.

9.23 O licitante deverá apresentar, ainda, as seguintes **declarações**, sob pena de inabilitação:

- a) Declaração de Idoneidade
- b) Declaração de proteção ao menor e reserva de cargos
- c) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação
- d) Declaração de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte
- e) Declaração Geral.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá disponibilizar acesso à sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou,



nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



- 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- a) Site oficial do SAAE: <https://www.saaemogimirim.sp.gov.br/>
- b) Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
- c) Por e-mail: morgana.campos@saaemogimirim.sp.gov.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.saaemogimirim.sp.gov.br no menu horizontal "Licitações" – Consulta Editais – Editais.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III – Análise de Risco

ANEXO IV - Declaração de idoneidade

ANEXO V – Declaração de proteção ao menor e reserva de cargos

ANEXO VI – Modelo de proposta de preços

ANEXO VII – Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação

ANEXO VIII – Declaração de Microempresa ou Empresa de pequeno porte

ANEXO IX – Declaração Geral

ANEXO X – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO XI – Termo de Ciência e Notificação

ANEXO XII – Cadastro de Responsável

ANEXO XIII – Declaração de Documentos à Disposição do Tribunal

Mogi Mirim, 20 de abril de 2026.

NEIROBERTO SILVA

Presidente do SAAE

.....

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: NOV/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação.

Código de Identificação Ger@AGU: 1847631776704532115



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Aquisição de medidores de vazão para água, contemplando equipamentos das tecnologias **eletromagnética e ultrassônica**, destinados à medição, monitoramento e controle de vazões no sistema de abastecimento de água operado pelo SAAE de Mogi Mirim/SP, bem como à medição de consumo em grandes usuários, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Os medidores eletromagnéticos deverão possuir **interfaces de comunicação compatíveis com sistemas de telemetria**, incluindo protocolos de comunicação industrial, de modo a possibilitar sua integração ao sistema de supervisão e monitoramento atualmente utilizado pela Autarquia.

Já os medidores ultrassônicos deverão ser destinados à **medição de consumo em grandes usuários**, tais como condomínios, empreendimentos comerciais e unidades industriais, sendo equipamentos adequados para utilização em sistemas de faturamento, devendo atender às exigências metrológicas aplicáveis e possibilitar a **lactação e integridade da medição**, conforme regulamentação vigente.

A presente aquisição tem por finalidade **ampliar, substituir e modernizar o parque de medidores de vazão do SAAE**, assegurando maior confiabilidade na medição, melhoria no controle operacional do sistema de abastecimento de água e maior precisão na apuração de consumos de usuários de grande porte.

A divisão da contratação em **lotes distintos**, conforme as tecnologias e finalidades de aplicação dos equipamentos, visa garantir maior competitividade ao certame, além de assegurar que cada tipo de medidor atenda adequadamente às condições técnicas e operacionais específicas de sua utilização no sistema da Autarquia.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 9.166, de 22 de dezembro de 2023.

O prazo de vigência da aquisição / contratação será conforme o que está previsto na forma do Capítulo V, artigos 105 a 114, da Lei nº 14.133, de 2021.

1 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:



O Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE) é uma autarquia municipal responsável pela captação, tratamento, distribuição e controle operacional do sistema de abastecimento de água, bem como pela coleta e tratamento de esgoto no município. Para garantir eficiência operacional, redução de perdas e controle adequado da rede de distribuição, a autarquia depende de sistemas confiáveis de medição de vazão, integrados à sua estrutura de monitoramento e gestão operacional.

O monitoramento contínuo das vazões constitui elemento essencial para a gestão hídrica, permitindo a identificação de perdas, controle de pressão, avaliação de consumo setorial, acompanhamento de manobras operacionais e tomada de decisões estratégicas baseadas em dados confiáveis. Nesse contexto, os medidores de vazão instalados em pontos estratégicos do sistema exercem papel fundamental para a segurança operacional, planejamento e controle do abastecimento.

Atualmente, o SAAE possui diversos medidores de vazão eletromagnéticos instalados em unidades operacionais e pontos de controle da rede de distribuição, integrados ao sistema de telemetria da autarquia por meio de protocolos de comunicação industrial, possibilitando o acompanhamento remoto e contínuo das vazões do sistema. Em determinados locais onde ainda não há infraestrutura de telemetria disponível, a coleta de dados é realizada por meio de comunicação local, utilizando dispositivos móveis pelas equipes de campo.

Além da medição operacional da rede de distribuição, o SAAE também necessita de equipamentos destinados à **medição de consumo em grandes usuários**, tais como condomínios, empreendimentos comerciais, instituições e unidades industriais. Nesses casos, a medição deve atender às exigências metrológicas aplicáveis aos equipamentos utilizados para fins de faturamento, garantindo integridade da medição, possibilidade de lacração e confiabilidade dos dados registrados.

Dessa forma, torna-se necessária a aquisição de **medidores de vazão de diferentes tecnologias**, adequadas às distintas finalidades operacionais do sistema, contemplando:

Medidores de vazão eletromagnéticos, destinados principalmente ao monitoramento hidráulico da rede de abastecimento e à integração com o sistema de telemetria da autarquia;



Medidores de vazão ultrassônicos, destinados à medição de consumo em grandes usuários, com elevada precisão em baixas vazões, ausência de partes móveis e recursos que assegurem a confiabilidade metrológica necessária para utilização em processos de faturamento.

A adoção dessas tecnologias visa ampliar e modernizar o parque de medição da autarquia, garantindo maior precisão na coleta de dados operacionais, melhoria no controle de perdas e maior confiabilidade na apuração do consumo de grandes usuários.

A contratação será estruturada por meio de **Ata de Registro de Preços**, permitindo ao SAAE realizar aquisições conforme a necessidade operacional ao longo da vigência da ata, assegurando maior flexibilidade administrativa, planejamento de aquisições e otimização dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público e observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento previstos na **Lei nº 14.133/2021**, contribuindo para o aprimoramento da gestão do sistema de abastecimento de água e para o fortalecimento do controle operacional da autarquia.

2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

A presente contratação visa a **formalização de Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medidores de vazão para água**, contemplando equipamentos das tecnologias **eletromagnética e ultrassônica**, destinados ao monitoramento operacional da rede de abastecimento e à medição de consumo em grandes usuários atendidos pelo SAAE.

Os **medidores de vazão eletromagnéticos** serão destinados principalmente à ampliação e ao fortalecimento do sistema de medição e monitoramento da rede de distribuição de água da autarquia. Esses equipamentos deverão permitir a integração ao sistema de telemetria existente, por meio de protocolos de comunicação industrial compatíveis com o sistema supervisorizado utilizado pelo SAAE, possibilitando o acompanhamento remoto das vazões, registro histórico de dados, geração de relatórios operacionais e emissão de alarmes de funcionamento.



Em locais onde ainda não haja infraestrutura completa de telemetria, os equipamentos deverão possibilitar também a **coleta local de dados pelas equipes operacionais**, por meio de interfaces de comunicação apropriadas e utilização de dispositivos móveis ou ferramentas de configuração disponibilizadas pelo fabricante.

Os medidores eletromagnéticos serão instalados em **pontos estratégicos da rede de distribuição**, definidos a partir de critérios técnicos relacionados ao controle operacional do sistema, à setorização da rede, ao monitoramento de pressão e à identificação de perdas de água. A medição precisa e contínua da vazão é ferramenta essencial para a gestão eficiente dos recursos hídricos, permitindo a detecção de vazamentos, identificação de anomalias operacionais, avaliação do consumo por setor e suporte à tomada de decisões técnicas.

Já os **medidores de vazão ultrassônicos** serão destinados à **medição de consumo em grandes usuários**, tais como condomínios, empreendimentos comerciais, instituições e unidades industriais. Esses equipamentos deverão possuir elevada precisão de medição, capacidade de registro de vazões muito baixas, ausência de partes móveis e recursos que garantam a confiabilidade metrológica necessária para utilização em medições destinadas à apuração de consumo e faturamento.

Adicionalmente, parte desses equipamentos poderá ser instalada em pontos estratégicos da rede de distribuição de água, incluindo áreas próximas a válvulas redutoras de pressão (VRPs) e setores operacionais onde não há disponibilidade de alimentação elétrica. Nesses casos, torna-se necessária a utilização de medidores com alimentação por bateria de longa duração, garantindo a continuidade da medição, a viabilidade operacional das instalações e a ampliação do monitoramento hidráulico do sistema de abastecimento.

A adoção de medidores ultrassônicos nesse tipo de aplicação contribui para maior estabilidade metrológica ao longo do tempo, menor necessidade de manutenção e maior sensibilidade na detecção de pequenas vazões, possibilitando identificar eventuais vazamentos internos ou consumos mínimos que poderiam não ser registrados adequadamente por tecnologias convencionais.

De forma geral, os equipamentos previstos nesta contratação deverão apresentar **elevada precisão de medição, ampla faixa de operação, robustez construtiva**



e grau de proteção adequado para instalações em ambientes sujeitos à umidade ou submersão, além de construção sem partes móveis ou com reduzida suscetibilidade a desgaste mecânico, garantindo maior durabilidade e confiabilidade operacional.

Com a implantação gradual dos novos medidores, o SAAE ampliará sua capacidade de **controle operacional do sistema de abastecimento**, aprimorará os mecanismos de **gestão e redução de perdas**, além de fortalecer o sistema de **controle e rastreabilidade dos volumes distribuídos e consumidos**, contribuindo para maior eficiência na gestão dos recursos hídricos e melhoria contínua dos serviços prestados à população.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

A contratação para aquisição de medidores de vazão deverá observar requisitos técnicos e administrativos que assegurem a qualidade do fornecimento, a confiabilidade metrológica dos equipamentos e a compatibilidade com as condições operacionais do sistema de abastecimento de água do SAAE.

Os equipamentos ofertados deverão ser **novos, sem uso, de fabricação recente**, devendo atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. Todos os medidores deverão apresentar qualidade construtiva adequada às condições de operação em sistemas de abastecimento de água, bem como robustez e confiabilidade compatíveis com aplicações de medição contínua.

A contratação contemplará **medidores de vazão de diferentes tecnologias**, conforme lotes definidos neste Termo de Referência, incluindo:

Medidores de vazão eletromagnéticos, destinados principalmente ao monitoramento hidráulico da rede de abastecimento e à integração com o sistema de telemetria da autarquia;

Medidores de vazão ultrassônicos, destinados à medição de consumo em grandes usuários, com requisitos metrológicos adequados para utilização em medições destinadas à apuração de consumo.

Os medidores eletromagnéticos deverão possuir **interfaces de comunicação compatíveis com o sistema de telemetria utilizado pelo SAAE**, incluindo



protocolo de comunicação industrial que permita integração ao sistema supervisório existente. Os equipamentos deverão possibilitar ainda a **coleta local de dados pelas equipes operacionais**, por meio de interfaces de configuração apropriadas disponibilizadas pelo fabricante.

Os medidores ultrassônicos deverão possuir **alta sensibilidade de medição, estabilidade metrológica ao longo da vida útil e recursos que garantam a integridade da medição**, incluindo possibilidade de lacração, ausência de partes móveis e capacidade de detecção de vazões muito baixas, características importantes para aplicações em medição de consumo de grandes usuários.

De forma geral, os equipamentos deverão possuir **grau de proteção adequado para instalações em ambientes sujeitos à umidade ou eventual submersão**, construção robusta, resistência à corrosão e capacidade de operação contínua em sistemas de abastecimento de água.

Os equipamentos deverão estar em conformidade com **normas técnicas e regulamentações aplicáveis à medição de água**, incluindo certificações pertinentes quando exigidas por regulamentação metrológica ou sanitária. Deverão ser fornecidos acompanhados de **manuals técnicos, certificados de calibração de fábrica, documentação técnica do fabricante e demais informações necessárias para correta instalação, parametrização e operação**.

A entrega dos equipamentos deverá ocorrer na **sede administrativa do SAAE**, localizada na Rua Dr. Arthur Cândido de Almeida, nº 114, Centro, Mogi Mirim/SP, no horário das **8h às 14h**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos. O fornecimento deverá ocorrer na modalidade **CIF**, com todos os custos de transporte, seguro, tributos e encargos inclusos no valor da proposta.

Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados da **documentação fiscal correspondente**, bem como termo de garantia do fabricante. O prazo de garantia deverá ser informado na proposta, não podendo ser inferior ao prazo legal aplicável, contado a partir do recebimento definitivo. Caso os equipamentos não atendam às especificações técnicas exigidas, poderão ser recusados, devendo o fornecedor providenciar a substituição no prazo estabelecido no edital, sem qualquer ônus para a Administração.



A contratação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **menor preço por lote**, observando-se os princípios e disposições da **Lei nº 14.133/2021**. As propostas deverão atender integralmente às exigências técnicas e quantitativas estabelecidas no instrumento convocatório, sendo desclassificadas aquelas que apresentarem desconformidade com as especificações fixadas neste Termo de Referência.

4 – MEIOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução do contrato deverá assegurar o completo atendimento das necessidades do SAAE, garantindo que os medidores de vazão sejam fornecidos em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas e aptos à plena integração ao sistema de telemetria da autarquia.

Entrega

Os medidores de vazão deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato ou emissão da ordem de compra. A entrega ocorrerá na sede administrativa do SAAE, situada na Rua Dr. Arthur Cândido de Almeida, nº 114, Centro, Mogi Mirim/SP, no horário das 8h às 14h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

Os equipamentos deverão ser devidamente embalados, protegidos contra impactos, umidade e demais condições que possam comprometer sua integridade durante o transporte. Por se tratar de instrumentos de medição de alta precisão, o acondicionamento deverá observar as recomendações do fabricante. O fornecimento ocorrerá na modalidade CIF, sendo de responsabilidade exclusiva do fornecedor todos os custos com transporte, seguro, tributos e encargos.

Caso haja necessidade de agendamento para recebimento, este deverá ser previamente ajustado com o setor responsável do SAAE. Eventual atraso deverá ser formalmente comunicado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, acompanhado de justificativa técnica e novo prazo para entrega.

Critérios de Aceitação



Os medidores deverão ser entregues novos, sem uso, devidamente acondicionados e acompanhados da respectiva documentação fiscal, manuais técnicos, certificados de calibração de fábrica e demais documentos comprobatórios das especificações técnicas exigidas.

A verificação de conformidade será realizada por equipe técnica designada pelo SAAE, que procederá à conferência do modelo fornecido, das características técnicas declaradas, da integridade física dos equipamentos, dos dados de identificação e da compatibilidade com os requisitos de comunicação Modbus RTU, Bluetooth entre outros conforme termo de referência. Poderá ser realizada verificação preliminar das configurações de comunicação, visando assegurar a correta integração dos equipamentos ao sistema de telemetria existente.

Adicionalmente, poderá ser realizado teste de inspeção e verificação em bancada, com o objetivo de validar o funcionamento do equipamento e a conformidade com as especificações técnicas estabelecidas. Para a realização desses testes, poderão ser utilizadas as instalações do fornecedor ou de instituições externas pertencentes à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaios (RBLE) ou à Rede Brasileira de Calibração (RBC), vinculadas ao INMETRO, com acompanhamento de inspetor(es) e/ou técnico(s) indicados pelo SAAE.

Quando a inspeção ocorrer nas instalações do fornecedor, este deverá disponibilizar todas as condições necessárias para a realização dos ensaios de recebimento e inspeção, incluindo os equipamentos e instrumentos de medição adequados, devidamente calibrados e com certificados rastreados à Rede Brasileira de Calibração (RBC). Caso aplicável, o fornecedor também deverá disponibilizar os dispositivos necessários para leitura ou verificação de identificação eletrônica do equipamento.

A não disponibilização dos instrumentos, equipamentos ou condições necessárias na data previamente programada para a realização dos ensaios de inspeção poderá implicar na responsabilização do fornecedor pelas despesas decorrentes de deslocamento e custos operacionais da equipe técnica designada pelo SAAE.

Equipamentos que não atenderem às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência serão recusados, devendo o fornecedor providenciar a



substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem qualquer ônus para a Administração.

O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação da conformidade técnica e documental dos equipamentos.

Garantia

O fornecedor deverá garantir o pleno funcionamento dos medidores por prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses, ou prazo superior caso oferecido pelo fabricante, contados a partir do recebimento definitivo. Durante o período de garantia, ficará obrigado a reparar ou substituir, sem custos para o SAAE, qualquer equipamento que apresente defeito de fabricação ou funcionamento inadequado.

Caso seja necessária substituição, o prazo para atendimento não poderá exceder 10 (dez) dias úteis após notificação formal, salvo justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

Disposições Gerais

O recebimento dos equipamentos não exonera o fornecedor de suas responsabilidades contratuais e legais. Todos os custos relacionados à logística, transporte, seguro, substituição de itens não conformes e eventuais despesas decorrentes de defeitos de fabricação serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

A correta execução do objeto deverá assegurar que os medidores estejam aptos à futura instalação em campo e integração ao sistema de supervisão e controle operacional do SAAE, contribuindo para a ampliação do controle de vazão e melhoria da gestão de perdas no sistema de abastecimento.

5 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Decreto nº 9.166, de 22 de dezembro de 2023, art. 87).

A fiscalização técnica do contrato será realizada pela Divisão de Automação, na pessoa do Sr. Mário Hélio Simões. A gestão do contrato ficará sob responsabilidade do Sr. Paulo Tarso de Souza, Diretor de Controle de Perdas da Autarquia. A execução contratual poderá contar, quando necessário, com o apoio do setor de Compras/Licitações. O recebimento dos materiais ficará sob responsabilidade, preferencialmente, do setor de almoxarifado da autarquia, podendo, conforme a necessidade, ser realizado por outro servidor devidamente designado para essa finalidade.

5.1 – Constituem atividades a serem exercidas pelo Gestor do Contrato:

Compete ao gestor do contrato o exercício das atribuições descritas nos artigos 86 e 87 do Decreto Municipal nº 9.166/2023 e artigos 124 e 125 do Decreto Municipal nº 9.304/2024.

5.2 – Fiscalização Técnica

Compete ao fiscal do contrato o exercício das atribuições descritas nos artigos 88 e 89 do Decreto Municipal nº 9.166/2023 e artigos 126 e 127 do Decreto Municipal nº 9.304/2024.

5.3 – Obrigações do Contratante

São obrigações do Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado, corrigido ou refeito, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, que não deve ser interrompida, ressalvados os casos de força maior justificados e aceitos pelo Contratante.

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;

Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

Responder eventuais pedidos de repactuação e reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;



Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.4 – Obrigações do Contratado

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços ou bens, nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

6 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

6.1 – Recebimento:

Os **medidores de vazão objeto desta contratação**, independentemente da tecnologia empregada, serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta vencedora.

Os equipamentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiverem em desacordo com as especificações técnicas exigidas, apresentarem avarias, divergência de modelo ou tipo, ausência de documentação obrigatória ou qualquer incompatibilidade com os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.



O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da Nota Fiscal pela Administração, após a verificação da conformidade técnica, quantitativa e documental dos equipamentos, mediante emissão de termo circunstanciado.

A verificação poderá incluir, quando aplicável:

conferência do modelo e das características técnicas dos equipamentos;

verificação da integridade física dos medidores;

análise de certificados de calibração ou ensaios de fábrica;

conferência da documentação técnica fornecida pelo fabricante;

validação preliminar das interfaces de comunicação ou funcionamento básico do equipamento.

Para as contratações cujo valor se enquadre no limite previsto no inciso II do **art. 75 da Lei nº 14.133/2021**, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, mediante justificativa técnica, quando houver necessidade de diligências complementares para aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente quanto à qualidade, especificações técnicas ou quantidade fornecida, será observado o disposto no **art. 143 da Lei nº 14.133/2021**, comunicando-se a contratada para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do fornecedor quanto à qualidade, funcionamento, precisão de medição e conformidade técnica dos equipamentos, nem afasta a responsabilidade contratual durante o prazo de garantia.

6.2 – Liquidação:

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá até o **30º dia subsequente ao recebimento dos bens** para fins de liquidação, na forma desta seção.



Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

prazo de validade;

data da emissão;

dados do contrato e do órgão contratante;

referência ao objeto fornecido;

valor a pagar;

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da **comprovação da regularidade fiscal**, conforme disposto no **art. 68 da Lei nº 14.133/2021**.

Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam adotadas as medidas cabíveis para garantia de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à **rescisão contratual**, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela eventual rescisão do contrato.

6.3 – Pagamento e Forma de Pagamento

Prazo de Pagamento: 30 dias a partir do recebimento do material e nota fiscal eletrônica.

Favor informar os dados bancários completos para pagamento via TED ou emitir o boleto bancário e encaminhar juntamente com a nota fiscal eletrônica.

7 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

A seleção do fornecedor para o fornecimento dos medidores de vazão objeto desta contratação será realizada por meio de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**, adotando-se o critério de julgamento pelo **menor preço por lote**, desde que as propostas atendam integralmente às especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

O procedimento licitatório será conduzido em ambiente eletrônico, assegurando transparência, isonomia, competitividade e observância aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade. Considerando tratar-se de **bens comuns**, cujas especificações podem ser objetivamente definidas no instrumento convocatório, a modalidade de Pregão Eletrônico mostra-se adequada à natureza do objeto.

A contratação será estruturada em **lotes distintos**, de acordo com as tecnologias e finalidades de aplicação dos equipamentos, contemplando:

medidores de vazão eletromagnéticos, destinados ao monitoramento hidráulico da rede de abastecimento e integração ao sistema de telemetria da autarquia;

medidores de vazão ultrassônicos, destinados à medição de consumo em grandes usuários, como condomínios, empreendimentos comerciais e unidades industriais.

No caso específico dos **medidores de vazão eletromagnéticos**, será adotada **padronização tecnológica baseada no modelo WATERFLUX 3050, da fabricante KROHNE**, tendo em vista que o SAAE já possui **20 (vinte) equipamentos desse mesmo modelo em operação**, plenamente integrados ao sistema de telemetria da autarquia por meio de comunicação Modbus RTU e Bluetooth. A manutenção dessa padronização visa garantir **compatibilidade plena com a infraestrutura existente**, uniformidade de parametrização, simplificação das rotinas



de operação e manutenção, redução de custos com capacitação técnica das equipes e otimização da gestão de peças de reposição.

Nos termos do **art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, é admitida a indicação de marca ou modelo quando houver necessidade de padronização do objeto, devidamente justificada por razões de ordem técnica. No presente caso, a indicação do modelo decorre da padronização já consolidada no parque instalado da autarquia e da necessidade de compatibilidade integral com o sistema de telemetria existente.

Para os **demais lotes**, especialmente aqueles destinados ao fornecimento de **medidores ultrassônicos**, não haverá indicação de marca específica, devendo os equipamentos ofertados atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e às normas aplicáveis à medição de água.

As propostas deverão apresentar de forma clara a **identificação do equipamento ofertado, fabricante, especificações técnicas, prazos de entrega, prazo de garantia e valor da proposta**, incluindo todos os custos de transporte, tributos e encargos incidentes.

A classificação das propostas observará o critério de **menor preço por lote**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas exigidas. Propostas que apresentarem equipamentos incompatíveis com os requisitos técnicos estabelecidos serão desclassificadas.

A adjudicação será realizada ao licitante que apresentar a proposta válida de **menor preço por lote** e que comprove o atendimento a todas as exigências técnicas, jurídicas e fiscais estabelecidas no instrumento convocatório.

8 – ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO:

A obtenção dos preços ocorreu através de pesquisa realizada nos moldes do Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 19 do Decreto Municipal nº 9166/2023, Art. 31 do Decreto Municipal nº 9304/2024 e Art. 7º do Decreto Municipal nº 9305/2024 onde foram obtidos os orçamentos que estão anexos a este termo de referência.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores especializados do setor e em contratações similares



efetuadas pela Administração Pública, adotando-se como referência os valores médios praticados no mercado, conforme segue:

Medidores Ultrassônicos DN 25:

Valor unitário estimado de R\$ 1.591,00

Quantidade estimada máxima: 20 unidades

Valor total máximo: R\$ 31.820,00

Medidores Ultrassônicos DN 40:

Valor unitário estimado de R\$ 4.150,84

Quantidade estimada máxima: 20 unidades

Valor total máximo: R\$ 83.016,80

Medidores Ultrassônicos DN 50:

Valor unitário estimado de R\$ 6.580,08

Quantidade estimada máxima: 12 unidades

Valor total máximo: R\$ 78.960,96

Medidores Ultrassônicos DN 100:

Valor unitário estimado de R\$ 9.867,65

Quantidade estimada máxima: 12 unidades

Valor total máximo: R\$ 118.411,80

Medidores Ultrassônicos DN 150:

Valor unitário estimado de R\$ 14.135,72

Quantidade estimada máxima: 4 unidades

Valor total máximo: R\$ 56.542,88

Medidores Ultrassônicos DN 200:

Valor unitário estimado de R\$ 17.053,77

Quantidade estimada máxima: 4 unidades

Valor total máximo: R\$ 68.215,08

Medidores Ultrassônicos DN 250:

Valor unitário estimado de R\$ 23.712,94

Quantidade estimada máxima: 4 unidades

Valor total máximo: R\$ 94.851,76

Medidores Eletromagnéticos DN 200:

Valor unitário estimado de R\$ 26.019,04

Quantidade estimada máxima: 4 unidades

Valor total máximo: R\$ 104.076,16

Medidores Eletromagnéticos DN 250:

Valor unitário estimado de R\$ 30.523,67

Quantidade estimada máxima: 4 unidades

Valor total máximo: R\$ 122.094,68

Medidores Eletromagnéticos DN 300:

Valor unitário estimado de R\$ 32.226,82

Quantidade estimada máxima: 4 unidades

Valor total máximo: R\$ 128.907,28

Medidores Eletromagnéticos DN 400:

Valor unitário estimado de R\$ 43.104,69

Quantidade estimada máxima: 8 unidades

Valor total máximo: R\$ 344.837,52

Medidores Eletromagnéticos DN 500:

Valor unitário estimado de R\$ 56.391,42

Quantidade estimada máxima: 4 unidades

Valor total máximo: R\$ 225.565,68

Valor total estimado máximo da contratação:

R\$ 1.457.300,60 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e sessenta centavos).

Os documentos que dão suporte a essa estimativa, incluindo as cotações obtidas e a memória de cálculo, encontram-se anexos a este Termo de Referência, devidamente organizados para fins de transparência, controle interno e eventual auditoria pelos órgãos competentes.

9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



Dotação	Programa de Trabalho	Código Orçamentário	Fonte de Recurso	Valor Estimado
2026	01201.1751230124.206	4.4.90.52.00	4 – Tesouro	R\$ 1.457.300,60

A referida despesa está adequada à Lei Federal nº 14.133/2021 e ao Orçamento do Exercício de 2026, está incluída no Plano Plurianual 2026/2029, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do corrente ano.

10 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:

Os medidores de vazão a serem fornecidos deverão atender integralmente aos padrões de qualidade, segurança, desempenho metrológico e conformidade regulatória aplicáveis aos sistemas públicos de abastecimento de água.

O presente Termo de Referência contempla o fornecimento de **medidores de vazão eletromagnéticos e medidores de vazão ultrassônicos**, destinados a diferentes aplicações operacionais do SAAE, incluindo o monitoramento hidráulico da rede de distribuição, integração ao sistema de telemetria e medição de consumo em grandes usuários.

Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, de fabricação atual, não sendo aceitos equipamentos recondicionados, descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. O modelo ofertado deverá ser expressamente identificado na proposta comercial, com indicação de marca, modelo e código de fabricação (part number), os quais serão conferidos no ato do recebimento.

O fornecimento deverá incluir todos os componentes necessários ao pleno funcionamento do equipamento, incluindo corpo sensor, conversor, cabos, interfaces de comunicação, conectores, suportes, acessórios de instalação e demais itens indispensáveis à operação do sistema de medição. Não serão admitidas alterações, adaptações ou composições não originais que descaracterizem o modelo aprovado pelo fabricante.

No caso específico dos medidores de vazão eletromagnéticos destinados ao sistema de telemetria, o modelo adotado como padrão tecnológico pela Autarquia é o **WATERFLUX 3050, da fabricante KROHNE**, ou equipamento tecnicamente equivalente que comprove plena compatibilidade operacional, construtiva e de comunicação com o sistema de telemetria existente, devendo o equipamento possuir



interface de comunicação Modbus RTU, garantindo integração ao sistema atualmente utilizado pelo SAAE.

A padronização tecnológica do referido modelo decorre de necessidade técnica devidamente fundamentada, considerando que o SAAE já possui **parque instalado composto por 20 (vinte) unidades do mesmo modelo em plena operação**, integradas ao sistema supervisor e de telemetria da Autarquia. Tal condição assegura **interoperabilidade entre equipamentos, uniformidade de parametrização, padronização dos procedimentos de instalação, operação e manutenção, além de facilitar o diagnóstico de falhas e a gestão operacional do sistema de macromedição.**

A manutenção de um padrão tecnológico único proporciona ainda **ganhos significativos de economicidade**, ao eliminar a necessidade de aquisição e manutenção de estoques distintos de peças de reposição, reduzir custos com capacitação técnica da equipe operacional e simplificar os processos de manutenção corretiva e preventiva. A equipe técnica da Autarquia já possui experiência consolidada na operação e manutenção desse modelo específico, o que contribui para maior agilidade na resolução de ocorrências e redução do tempo de indisponibilidade dos equipamentos.

Adicionalmente, a uniformização tecnológica permite **remanejamento operacional de equipamentos entre diferentes unidades do sistema de abastecimento**, quando necessário, assegurando continuidade do monitoramento hidráulico em pontos críticos e mitigando riscos associados à indisponibilidade temporária de medidores.

A adoção de modelos distintos poderia implicar aumento da complexidade operacional, necessidade de treinamentos específicos para cada tecnologia empregada, maior imobilização de recursos em estoques variados de componentes e potenciais dificuldades de integração com o sistema de telemetria existente, fatores que impactariam negativamente a eficiência operacional e a economicidade da gestão pública.

A indicação de marca e modelo encontra respaldo no disposto no **art. 41 da Lei nº 14.133/2021**, que admite a padronização tecnológica quando devidamente



justificada por razões técnicas, operacionais e econômicas, visando assegurar eficiência, continuidade e segurança na prestação dos serviços públicos.

Os **medidores ultrassônicos**, destinados principalmente à medição de consumo em **grandes usuários, como condomínios, empreendimentos comerciais e unidades industriais**, deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo equipamentos adequados para medições fiscais e de faturamento, em conformidade com a regulamentação metrológica vigente.

Em determinadas situações operacionais, os medidores ultrassônicos poderão ser instalados em pontos estratégicos da rede de distribuição, inclusive em locais associados a válvulas redutoras de pressão (VRPs) e em setores onde não exista disponibilidade de alimentação elétrica convencional. Nessas condições, faz-se necessária a adoção de equipamentos dotados de alimentação por bateria com elevada autonomia, de modo a assegurar a continuidade das medições, viabilizar a instalação em campo e contribuir para a ampliação e o fortalecimento do monitoramento hidráulico do sistema de abastecimento.

Todos os medidores fornecidos deverão possuir **aprovação de modelo junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO**, em conformidade com o Regulamento Técnico Metrológico aprovado pela **Portaria INMETRO nº 155/2022**, atendendo aos requisitos da recomendação internacional **OIML R49:2013**. Deverão ainda possuir ato de aprovação específico publicado pela **Diretoria de Metrologia Legal (DIMEL)**, garantindo autorização formal para uso em medições regulamentadas no território nacional.

Os materiais em contato com a água deverão atender aos requisitos sanitários estabelecidos pela **Portaria GM/MS nº 888/2021 do Ministério da Saúde**, sendo exigida comprovação de conformidade com metodologias reconhecidas internacionalmente, como a norma **NSF/ANSI/CAN 61**, assegurando que o equipamento não compromete a potabilidade da água distribuída.

Todas as características técnicas exigidas deverão ser comprovadas mediante documentação oficial do fabricante, catálogos técnicos, manuais, certificados ou publicações técnicas de domínio público. A proposta deverá indicar o endereço



eletrônico onde tais documentos possam ser consultados, garantindo transparência e possibilidade de verificação pela Administração.

Caso o fabricante promova atualização tecnológica do modelo ofertado, a licitante deverá informar formalmente no momento da proposta, apresentando documentação comprobatória de que o modelo substituto mantém, no mínimo, as mesmas características técnicas, certificações, aprovações metrológicas e compatibilidade operacional exigidas neste Termo de Referência.

Os equipamentos deverão ser fornecidos com **manuals técnicos em língua portuguesa, certificado de calibração de fábrica, termo de garantia e demais documentos necessários para correta instalação, parametrização e operação dos medidores.**

As especificações técnicas detalhadas relativas a **diâmetro nominal, classe de pressão, tipo de revestimento interno, alimentação elétrica, grau de proteção, precisão, rangeabilidade, faixa de medição, temperatura de operação, comunicação e demais parâmetros operacionais** constarão nos subitens subsequentes deste Termo de Referência, de acordo com o tipo de medidor. Adicionalmente, o SAAE poderá realizar **testes de inspeção e verificação de funcionamento dos equipamentos antes do recebimento definitivo**, com a finalidade de confirmar a conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência. Esses testes poderão ser realizados nas instalações do fabricante ou fornecedor, ou ainda em instituições externas pertencentes à **Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaios (RBLE)** ou à **Rede Brasileira de Calibração (RBC)**, acreditadas pelo INMETRO, com acompanhamento de inspetor(es) e/ou técnico(s) indicados pelo SAAE.

Para a realização do processo de inspeção, o fornecedor deverá disponibilizar todas as condições necessárias para execução dos ensaios e verificações técnicas, incluindo os equipamentos, instrumentos e dispositivos de medição requeridos, devidamente calibrados e acompanhados de certificados de calibração rastreáveis à **Rede Brasileira de Calibração (RBC)**. Caso aplicável, também deverão ser disponibilizados os dispositivos e ferramentas necessários para leitura, configuração ou verificação dos sistemas eletrônicos do medidor.



A não disponibilização dos instrumentos ou das condições necessárias na data previamente programada para a inspeção poderá sujeitar a contratada ao **ressarcimento das despesas decorrentes do deslocamento e da permanência dos inspetores ou técnicos designados pelo SAAE.**

Os resultados obtidos nos ensaios e verificações técnicas poderão ser utilizados como **critério de aceitação dos equipamentos**, podendo o SAAE rejeitar unidades que não atendam às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência ou que apresentem desempenho incompatível com os requisitos exigidos.

10.1 – COMISSIONAMENTO E TESTES OPERACIONAIS

Após a entrega dos equipamentos, poderá ser solicitado pelo SAAE o acompanhamento técnico do fornecedor ou fabricante durante o processo de instalação, configuração e comissionamento dos medidores.

O objetivo do comissionamento será garantir:

correta instalação dos equipamentos

adequada parametrização dos medidores

verificação da comunicação com sistemas de telemetria

validação da operação hidráulica

10.2 – TREINAMENTO TÉCNICO

O fornecedor poderá ser solicitado a fornecer treinamento técnico para os servidores do SAAE responsáveis pela operação, manutenção e parametrização dos medidores.

O treinamento deverá abordar, no mínimo:

princípio de funcionamento dos equipamentos

procedimentos de instalação

parametrização

leitura de dados

comunicação Modbus e Bluetooth (quando aplicável)

diagnóstico de falhas

manutenção básica

10.3 – GARANTIA

Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de **36 (trinta e seis)** meses, contados a partir da data de recebimento definitivo pelo SAAE.

A garantia deverá abranger todos os medidores de vazão fornecidos, incluindo medidores eletromagnéticos e medidores ultrassônicos, assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos durante o período estabelecido.

Para os medidores de vazão ultrassônicos, a garantia mínima da bateria interna deverá ser de 10 (dez) anos, considerando condições normais de operação e utilização.

Durante o período de garantia, a contratada será responsável por:

reparo ou substituição de equipamentos defeituosos

suporte técnico necessário

fornecimento de peças originais, quando aplicável

10.4 – DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA OBRIGATÓRIA

No ato da entrega dos equipamentos, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- 1) manual técnico em língua portuguesa
- 2) mapeamento de memória modbus (quando aplicável)
- 3) certificado de calibração de fábrica
- 4) certificado de aprovação metrológica do INMETRO
- 5) catálogo técnico do fabricante
- 6) termo de garantia

10.5 – LOTES, DIÂMETROS NOMINAIS E QUANTIDADES ESTIMADAS

As quantidades indicadas possuem **caráter estimativo**, destinando-se à formação da **Ata de Registro de Preços**, podendo as aquisições ocorrer de forma parcelada conforme a necessidade da Administração.

Os equipamentos deverão atender aos **diâmetros nominais e demais especificações técnicas estabelecidas para cada lote**, conforme tabela abaixo.

Item	Lote	Tipo de Medidor	DN (mm)	Quantidade Estimada Mínima	Quantidade Estimada Máxima
1	1	Ultrassônico	DN 25	5	20
2	2	Ultrassônico	DN 40	5	20
3	2	Ultrassônico	DN 50	3	12
4	2	Ultrassônico	DN 100	3	12
5	2	Ultrassônico	DN 150	1	4
6	2	Ultrassônico	DN 200	1	4
7	2	Ultrassônico	DN 250	1	4
8	3	Eletromagnético	DN 200	1	4
9	3	Eletromagnético	DN 250	1	4
10	3	Eletromagnético	DN 300	1	4
11	3	Eletromagnético	DN 400	2	8
12	3	Eletromagnético	DN 500	1	4

Tabela 1 - Itens, Lotes e Quantitativos

Os diâmetros nominais deverão ser compatíveis com as redes existentes do sistema de abastecimento de água do SAAE.

LOTE 1 - MEDIDOR DE VAZÃO ULTRASSÔNICO DN 25 MM

O presente lote refere-se ao fornecimento de **medidores de vazão ultrassônicos com diâmetro nominal DN 25 mm**, destinados à medição de consumo de água em unidades consumidoras de grande porte e pontos específicos do sistema de abastecimento operado pelo SAAE. Os equipamentos deverão atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo precisão metrológica, confiabilidade operacional e compatibilidade com as condições de instalação e operação da Autarquia.

Os quantitativos previstos para este lote são apresentados na tabela a seguir, considerando a possibilidade de aquisição conforme necessidade da Administração.

Item	Descrição	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima
1	Medidor de vazão ultrassônico DN 25 mm	5	20

VALOR ESTIMADO PARA O LOTE 1 – R\$ 31.820,00

DADOS TÉCNICOS

O medidor de vazão deverá operar com tecnologia ultrassônica, sem partes móveis em contato com o fluido, garantindo elevada confiabilidade, baixa manutenção e estabilidade metrológica ao longo de sua vida útil.

O equipamento deverá ser projetado para medição de água potável em redes de abastecimento, com elevada sensibilidade em baixas vazões e ampla faixa de medição, adequado para aplicações de micromedição e monitoramento de consumo.

Características Construtivas

O medidor deverá possuir as seguintes características mínimas:

Diâmetro nominal: DN 25 mm

Tecnologia de medição: ultrassônica

Ausência de partes móveis, eliminando desgaste mecânico e minimizando erros por atrito ou incrustação

Corpo do medidor fabricado em material polimérico ou **composite reforçado (PPS ou equivalente)**, resistente à corrosão e adequado para uso com água potável

Classe de proteção mínima: IP68, permitindo instalação em ambientes sujeitos a alagamento

Alimentação por bateria interna, com vida útil mínima estimada de até **15 anos** em condições normais de operação

Display eletrônico integrado, com indicação de volume acumulado e parâmetros operacionais

Capacidade de medição bidirecional, permitindo detecção de refluxo de água

Alta sensibilidade em baixas vazões, capaz de registrar vazões **inferiores a aproximadamente 1 L/h**

Ampla faixa de medição, com relação metrológica mínima **R500 ou superior**



Recursos de Comunicação e Integração

O medidor deverá possuir recursos que permitam integração com sistemas de leitura e telemetria, incluindo:

Saída pulsada configurável, com resolução mínima de **1 pulso a cada 100 ml**, ou equivalente

Indicação de sentido de fluxo (detecção de refluxo)

Suporte a interfaces de comunicação para sistemas de telemetria ou leitura remota, podendo incluir tecnologias como:

IoT

NFC

LoRaWAN

NB-IoT

Datalogger interno, com capacidade para armazenamento de registros históricos de consumo e eventos operacionais.

Desempenho Metrológico e Perda de Carga

O medidor de vazão ultrassônico deverá apresentar elevado desempenho metrológico, garantindo confiabilidade e estabilidade das medições ao longo de toda a faixa operacional.

A pressão máxima de trabalho do equipamento deverá ser de **16 bar**, e a temperatura máxima da água de operação deverá ser de **50 °C**.

A **perda de carga do medidor deverá ser compatível com aplicações em sistemas de distribuição de água**, devendo permanecer dentro de limites que não comprometam a operação hidráulica da rede, especialmente na vazão permanente (**Q3**), conforme características hidráulicas e metrológicas apresentadas na **Tabela 2 – Características Hidráulicas e Metrológicas**.

O equipamento deverá apresentar:

Alta precisão de medição em toda a faixa operacional;

Estabilidade metrológica ao longo da vida útil do medidor;

Capacidade de detecção de vazões muito baixas, contribuindo para identificação de vazamentos e redução de submedição.



As características hidráulicas e metrológicas mínimas esperadas para o medidor DN 25 estão apresentadas na tabela a seguir.

DN (mm)	Q4 (m ³ /h)	Q3 (m ³ /h)	Q2 (L/h)	Q1 (L/h)	R	Vazão (L/h)	Inicial	Δp (bar)
25	7,9	6,3	20,2	12,6	500	3		0,16
25	12,5	10,0	32,0	20	500	3		0,40

Tabela 2 - Características Hidráulicas e Metrológicas

Certificações e Conformidade

O medidor deverá possuir certificações ou conformidades equivalentes às seguintes normas e regulamentos:

Aprovação conforme Regulamento Técnico Metrológico – RTM da **Portaria INMETRO nº 155/2022**

Portaria INMETRO/DIMEL aplicável para aprovação de modelo

Conformidade com a **OIML R49:2013, ISO 4064 ou normas equivalentes** para medidores de água

Conformidade com requisitos sanitários para contato com água potável, conforme **Portaria GM/MS nº 888/2021** ou norma equivalente

Grau de proteção **IP68**

Display Digital

O medidor deverá possuir display digital com grau de proteção mínimo IP68, com compartimento selado, adequado para operação em ambientes sujeitos à umidade, poeira e eventuais alagamentos.

O visor deverá apresentar, no mínimo, as seguintes informações e funcionalidades:

indicação de sentido de fluxo, com identificação de fluxo direto e reverso;

registro acumulado de volume em display eletrônico com resolução configurável.

ponto decimal configurável, permitindo ajuste para maior resolução de leitura;

indicação da taxa de vazão instantânea, com até quatro dígitos e ponto decimal automático flutuante;

possibilidade de configuração das unidades de volume acumulado;

possibilidade de configuração das unidades de vazão;



indicação de alarmes, incluindo sinalização para condições como baixo nível de medição, detecção de vazamento, fluxo reverso ou falha da bateria.

O display deverá possuir interface padronizada para todos os tamanhos e modelos do medidor, sendo a parametrização das informações exibidas configurável de acordo com as necessidades operacionais do SAAE.

A janela de visualização do display deverá ser fabricada em **material transparente de alta resistência**, resistente a riscos e impactos, garantindo adequada proteção ao visor eletrônico.

O número de série do equipamento deverá estar permanentemente gravado sob o módulo eletrônico do display, permitindo identificação inequívoca do medidor ao longo de sua vida útil.

Requisitos Gerais

O medidor deverá ser fornecido completo, pronto para instalação e operação, incluindo todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento, bem como documentação técnica contendo:

Manual de instalação e operação

Certificados metrológicos

Catálogos técnicos do fabricante

O equipamento não deverá exigir trechos retos mínimos de tubulação, devendo operar corretamente mesmo em condições de instalação com **0D a montante e 0D a jusante**.

LOTE 2 - MEDIDOR DE VAZÃO ULTRASSÔNICO DN 40 a DN 250 MM

O presente lote refere-se ao fornecimento de **medidores de vazão ultrassônicos de diferentes diâmetros nominais**, destinados à medição de vazão em pontos estratégicos do sistema de abastecimento de água operado pelo SAAE, tais como setores de distribuição, grandes consumidores e pontos de controle operacional. Os equipamentos deverão atender às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo precisão metrológica, confiabilidade operacional e compatibilidade com as condições de instalação e operação da Autarquia.

Os quantitativos previstos para este lote são apresentados na tabela a seguir, considerando a possibilidade de aquisição conforme necessidade da Administração.

Item	Descrição	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima
2	Medidor de vazão ultrassônico DN 40 mm	5	20
3	Medidor de vazão ultrassônico DN 50 mm	3	12
4	Medidor de vazão ultrassônico DN 100 mm	3	12
5	Medidor de vazão ultrassônico DN 150 mm	1	4
6	Medidor de vazão ultrassônico DN 200 mm	1	4
7	Medidor de vazão ultrassônico DN 250 mm	1	4

VALOR ESTIMADO PARA O LOTE 2 – R\$ 499.999,28

DADOS TÉCNICOS

Tecnologia de Medição

O medidor deverá operar por meio de **tecnologia ultrassônica**, não possuindo partes móveis em contato com o fluido. Essa característica deverá assegurar elevada estabilidade metrológica, reduzida necessidade de manutenção e **perda de carga praticamente desprezível** no interior da tubulação.

Construção

O corpo do medidor deverá ser fabricado com materiais adequados para operação contínua em sistemas de abastecimento de água, podendo ser constituído, conforme o diâmetro nominal do equipamento, por:

ferro fundido com revestimento interno em epóxi;

aço inoxidável;

polímero reforçado de alta resistência.

Os materiais empregados deverão apresentar resistência à corrosão e durabilidade compatível com a instalação em ambientes externos ou em câmaras de medição.

Classe de Pressão

O equipamento deverá suportar **pressão de operação mínima de 16 bar**, adequada às condições usuais de redes de distribuição de água.



Perda de Carga

A perda de carga máxima admissível através do medidor deverá ser de **0,16 bar**, garantindo impacto mínimo sobre as condições hidráulicas do sistema.

Temperatura de Operação

O equipamento deverá operar dentro das seguintes condições mínimas:

Temperatura do fluido: de 0,1 °C a 50 °C

Temperatura ambiente: de -25 °C a +55 °C

Grau de Proteção

O medidor deverá possuir **grau de proteção mínimo IP68**, permitindo sua instalação em ambientes sujeitos à umidade elevada, câmaras subterrâneas ou locais com possibilidade de alagamento.

Precisão

O desempenho metrológico do equipamento deverá atender, no mínimo, à **Classe de Precisão 2**, conforme estabelecido pela **norma ISO 4064** ou equivalente aplicável a medidores de água.

Alimentação

A alimentação elétrica deverá ser realizada por **bateria de lítio de longa duração**, com vida útil estimada de até **15 anos**, ou solução equivalente que garanta autonomia operacional compatível com aplicações de campo e sistemas de telemetria.

Saídas e Comunicação

O medidor deverá disponibilizar, no mínimo, as seguintes interfaces de saída e comunicação:

saída analógica 4–20 mA;

saída digital de pulso;

saída por contato seco;

interface de comunicação compatível com Modbus, permitindo integração com sistemas de supervisão e telemetria utilizados pelo SAAE.

Funcionalidades

O equipamento deverá disponibilizar, no mínimo, as seguintes funcionalidades operacionais:

capacidade de **medição bidirecional de vazão**;



registro de **volume acumulado nos sentidos direto e reverso**;
armazenamento e indicação de **eventos e alarmes operacionais**;
indicação digital de vazão instantânea e volume acumulado no visor do equipamento.

Display Digital

O medidor deverá possuir display digital com grau de proteção mínimo **IP68**, com compartimento selado a vácuo, adequado para operação em ambientes sujeitos à umidade, poeira e eventuais alagamentos.

O visor deverá apresentar, no mínimo, as seguintes informações e funcionalidades:

indicação de **sentido de fluxo**, com identificação de fluxo direto e reverso;

registro acumulado de volume com capacidade mínima de **12 dígitos**;

ponto decimal configurável, permitindo ajuste para maior resolução de leitura;

indicação da **taxa de vazão instantânea**, com até **quatro dígitos e ponto decimal automático flutuante**;

possibilidade de **configuração das unidades de volume acumulado**;

possibilidade de **configuração das unidades de vazão**;

indicação de alarmes, incluindo sinalização para condições como baixo nível de medição ou falha da bateria.

O display deverá possuir **interface padronizada para todos os tamanhos e modelos do medidor**, sendo a parametrização das informações exibidas configurável de acordo com as necessidades operacionais do SAAE.

A janela de visualização do display deverá ser fabricada em **vidro temperado moldado a quente**, transparente, resistente a riscos e impactos, garantindo adequada proteção ao visor eletrônico.

O **número de série do equipamento deverá estar permanentemente gravado sob o módulo eletrônico do display**, permitindo identificação inequívoca do medidor ao longo de sua vida útil.

Desempenho Metrológico e Perda de Carga



O medidor de vazão ultrassônico deverá apresentar elevado desempenho metrológico, garantindo confiabilidade, repetibilidade e estabilidade das medições ao longo de toda a faixa operacional.

A pressão máxima de trabalho do equipamento deverá ser de **16 bar**, e a temperatura máxima da água de operação deverá ser de **50 °C**.

A **perda de carga do medidor deverá ser compatível com aplicações em sistemas de distribuição de água**, devendo permanecer dentro de limites que não comprometam a operação hidráulica da rede, especialmente na vazão permanente (**Q3**), conforme características hidráulicas e metrológicas apresentadas na **Tabela 3 – Características Hidráulicas e Metrológicas**.

O equipamento deverá apresentar:

Alta precisão de medição em toda a faixa operacional;

Estabilidade metrológica ao longo da vida útil do medidor;

Capacidade de detecção de vazões muito baixas, contribuindo para identificação de vazamentos e redução de submedição;

Ampla relação de medição ($R = Q3/Q1$), garantindo sensibilidade adequada para medições em baixas vazões.

As características hidráulicas e metrológicas mínimas esperadas para os medidores estão apresentadas na tabela a seguir.

Q (m³/h)	DN 40	DN 50	DN 100	DN 150	DN 200	DN 250
Q1	0,16	0,08	0,2	0,5	0,8	2
Q2	0,256	0,125	0,32	0,8	1,28	3,2
Q3	40	40	100	250	400	1000
Q4	50	50	125	313	500	1250
Q3/Q1 R	250	500	500	500	500	500
Fluxo Inicial	0,025	0,025	0,025	0,2	0,2	0,2

Tabela 3 - Características Hidráulicas e Metrológicas

Requisitos Gerais



O medidor deverá ser fornecido completo, pronto para instalação e operação, incluindo todos os acessórios necessários para seu pleno funcionamento, bem como documentação técnica contendo:

Manual de instalação e operação

Certificados metrológicos

Catálogos técnicos do fabricante

O equipamento **não deverá exigir trechos retos mínimos de tubulação**, devendo operar corretamente mesmo em condições de instalação com **0D a montante e 0D a jusante**.

LOTE 3 - MEDIDOR ELETROMAGNÉTICO DN 200 A DN 500 MM

O presente lote refere-se ao fornecimento de **medidores de vazão eletromagnéticos destinados à macromedição de água**, aplicados em adutoras, estações elevatórias, reservatórios e demais pontos estratégicos do sistema de abastecimento operado pelo SAAE. Os equipamentos deverão possuir elevada robustez, confiabilidade operacional e compatibilidade com os sistemas de automação e telemetria da Autarquia, atendendo às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Os quantitativos previstos para este lote são apresentados na tabela a seguir, considerando a possibilidade de aquisição conforme necessidade da Administração.

Item	Descrição	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima
8	Medidor de vazão eletromagnético DN 200 mm	1	4
9	Medidor de vazão eletromagnético DN 250 mm	1	4
10	Medidor de vazão eletromagnético DN 300 mm	1	4
11	Medidor de vazão eletromagnético DN 400 mm	2	8
12	Medidor de vazão eletromagnético DN 500 mm	1	4

VALOR ESTIMADO PARA O LOTE 3 – R\$ 925.481,32

DADOS TÉCNICOS

Conexões e Classe de Pressão



O medidor deverá possuir **conexões flangeadas**, compatíveis com os seguintes padrões técnicos:

EN 1092-1

ABNT NBR 7675

ASME B16.5

A classe de pressão deverá ser **PN 10 ou PN 16**, sendo compatível com medidores de **diâmetro nominal entre DN 200 e DN 500**.

Materiais

Os materiais construtivos do equipamento deverão apresentar elevada resistência mecânica e química, sendo adequados para operação contínua em sistemas de abastecimento de água e ambientes externos.

A construção mínima deverá contemplar:

flanges fabricados em **aço carbono, AISI 304 ou AISI 316**;

tubo sensor em **aço inoxidável AISI 304 ou 316L**;

revestimento interno em borracha, apropriado para aplicação em água e efluentes;

eletrodos fabricados em **Hastelloy® C ou aço inox 304**.

Grau de Proteção

O sensor e o conversor eletrônico deverão possuir **grau de proteção mínimo IP68**, garantindo resistência à poeira, umidade e intempéries, permitindo instalação em ambientes externos ou em câmaras de medição.

Desempenho Metrológico

O medidor deverá apresentar, no mínimo, as seguintes características de desempenho: capacidade de **medição bidirecional**, com faixa de velocidade de **-12 m/s a +12 m/s**;

rangeabilidade mínima de 400:1, correspondente à faixa de **0,03 m/s a 12 m/s**;

condutividade mínima do fluido de 5 µS/cm.

Precisão

O equipamento deverá possuir **precisão mínima de ±0,5% do valor medido (VM)**, sendo admitidos equipamentos com desempenho superior, desde que devidamente comprovado por documentação técnica do fabricante.



A exatidão metrológica deverá estar em conformidade com a regulamentação vigente aplicável a medidores de água.

Conversor Eletrônico

Modelo

O conversor eletrônico deverá ser obrigatoriamente do **modelo IFC050P**, do mesmo fabricante do sensor de medição, de forma a garantir plena compatibilidade técnica, funcional e metrológica entre os componentes do sistema.

A obrigatoriedade do referido modelo decorre da necessidade de manutenção do padrão tecnológico atualmente adotado no sistema de telemetria da Autarquia, cujo ambiente de programação, parametrização e integração operacional foi desenvolvido considerando as características específicas deste conversor. Tal padronização possibilita a substituição prática e imediata dos conversores em campo, sem necessidade de reconfigurações complexas, adaptações de software ou intervenções adicionais na infraestrutura de comunicação, assegurando maior confiabilidade operacional, redução do tempo de indisponibilidade dos pontos de medição e otimização dos custos de manutenção.

Montagem

O conjunto deverá ser fornecido em **versão remota**, com instalação do conversor separada do sensor.

Alimentação

Alimentação elétrica em 24 VCC.

Deverá ser fornecida fonte de alimentação com potência compatível com o equipamento, conforme especificação do fabricante.

Os medidores deverão ser fornecidos com cabos de alimentação e sinal originais do fabricante, sem emendas ou adaptações, garantindo a integridade elétrica e a confiabilidade da medição.

O medidor deverá possuir cabo de interligação entre o sensor (carretel) e o conversor eletrônico. O comprimento do cabo será definido pelo SAAE no momento da solicitação do equipamento, de acordo com as condições de instalação em campo.



A metragem do cabo deverá ser fornecida conforme a necessidade da aplicação, respeitando comprimento mínimo de **30 (trinta) metros** e máximo de **100 (cem) metros**, devendo o fornecedor disponibilizar cabo apropriado para o equipamento e compatível com as especificações do fabricante do medidor, assegurando compatibilidade elétrica, imunidade a interferências eletromagnéticas e pleno funcionamento do sistema de medição.

Não serão aceitas **emendas, extensões ou adaptações** nos cabos fornecidos.

Saídas Mínimas

O conversor deverá disponibilizar, no mínimo, as seguintes interfaces de saída:

saída analógica 4–20 mA

saídas de pulso

saída de status

Comunicação

O equipamento deverá permitir comunicação por meio dos seguintes protocolos e interfaces:

HART®

Modbus RTU

LoRaWAN

Bluetooth

Condições de Operação

O medidor deverá ser adequado para aplicações em:

água potável

água bruta

As condições mínimas de operação deverão contemplar:

temperatura ambiente: -25 °C a +65 °C

temperatura de processo: -5 °C a +100 °C

O equipamento **não deverá exigir trechos retos mínimos de tubulação**, devendo operar corretamente mesmo em condições de instalação com **0D a montante e 0D a jusante**.

11 – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:



11.1 – Habilitação Jurídica.

A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá na comprovação da existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para exercício da atividade contratada, podendo ser apresentada da seguinte forma, mas não se limitando a elas:

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

11.2 – Habilitação fiscal, social e trabalhista.

Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a **Fazenda Federal** (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União);

Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, **no que tange aos débitos efetivamente inscritos em Dívida Ativa.**

Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;

Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF-FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

11.3 – Habilitação econômico-financeira.



- 1) Balanço Patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- 2) Certidão negativa de efeitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Quanto à certidão que omitir a data de seu vencimento, só serão aceitas as que forem expedidas com prazo não superior a 06 (seis) meses a contar da data da abertura dos envelopes dos documentos para habilitação.

Os índices econômicos exigidos (quando for o caso) para esta contratação seguirão as diretrizes adotadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo / SP o qual, já há muito tempo, em reiteradas decisões, reconhece como razoável e proporcional, o limite fixado conforme abaixo:

$$\text{Liquidez Corrente} = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Sendo o resultado maior ou igual a 1.

$$\text{Liquidez Geral} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

Sendo o resultado maior ou igual a 1.

$$\text{Endividamento Geral} = (\text{Passivo Total} / \text{Ativo Total}) \times 100.$$

Sendo o resultado menor ou igual a 0,50.

Caso seja necessária a adoção de outros valores para os índices econômicos, deverá ser apresentada justificativa técnica detalhada para alteração.



INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Conforme previsto no TÍTULO IV – DAS IRREGULARIDADES – CAPÍTULO I – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, além do que está previsto referente a este tópico nos Decretos Municipais nº 9.166/2023 e 9304, 9305 e 9306/2024.

Mogi Mirim, 11 de março de 2026.

Atenciosamente,

Mário Hélio Simões
Divisão de Automação
19 3805 9929
mario.simoes@saaemogimirim.sp.gov.br

ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

08/04/2026, 13:03

Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim | 1Doc



Proc. Administrativo 107/2026



Acompanhe via internet em <https://saaemogimirim.1doc.com.br/atendimento/> usando o código:
153.717.746.220.819.168

Mário S.	<input type="button" value="GF-TECINF"/>	Para	<input data-bbox="847 577 1046 607" type="button" value="GADM-SUPRIM - Su..."/>
CC	<input type="button" value="GADM-SUPRIM - Suprimentos"/>	6 setores envolvidos	<input type="button" value="GF-TECINF"/> <input type="button" value="GADM-SUPRIM"/> <input type="button" value="DCP"/> <input type="button" value="GDA-OPA3"/>
27/03/2026 11:34			<input type="button" value="GDA-OPA2"/> <input type="button" value="DF"/>

Registro de Preços - Medidores de vazão eletromagnéticos e ultrassônicos

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA

Objeto*: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medidores de vazão para água, contemplando equipamentos das tecnologias eletromagnética e ultrassônica, destinados ao monitoramento operacional do sistema de abastecimento de água e à medição de consumo em grandes usuários atendidos pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE.

Justificativa*: A aquisição dos equipamentos é necessária para ampliar, substituir e modernizar o parque de medidores de vazão do sistema de abastecimento de água, garantindo maior confiabilidade na medição, melhoria no controle operacional da rede de distribuição e maior precisão na apuração de consumos de usuários de grande porte.

Os medidores eletromagnéticos serão aplicados principalmente no monitoramento hidráulico da rede de abastecimento, possibilitando a integração com o sistema de telemetria da autarquia e permitindo o acompanhamento remoto das vazões, geração de históricos operacionais e suporte à tomada de decisões técnicas. Já os medidores ultrassônicos serão destinados à medição de consumo em grandes usuários, tais como condomínios, empreendimentos comerciais, instituições e unidades industriais, sendo equipamentos adequados para aplicações de faturamento, com elevada precisão de medição, ausência de partes móveis e estabilidade metrológica ao longo da vida útil.

A adoção da Ata de Registro de Preços permitirá que o SAAE realize aquisições conforme a necessidade operacional ao longo da vigência da ata, garantindo maior flexibilidade administrativa, planejamento das aquisições, otimização de recursos públicos e manutenção da padronização tecnológica dos equipamentos utilizados pela autarquia.

Priorização da Demanda

Grau de prioridade*: Médio (deve seguir o curso normal das contratações)

Recorrência - A contratação refere-se a um

***:** Produto ou serviço já contratado em alguma ocasião pela autarquia

Urgência - A contratação deverá ocorrer em*: 30

Impacto - Efeito negativo caso não ocorra a contratação*: Relevante

Indicação de Gestor e Fiscal*: Gestor: Paulo Tarso de Souza

Fiscal: Mário Hélio Simões

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.¹: A aquisição de medidores de vazão para água é essencial para garantir a continuidade, eficiência e confiabilidade do monitoramento do sistema de abastecimento operado pelo SAAE, tanto no controle operacional da rede de distribuição quanto na medição de consumo de grandes usuários.

O monitoramento contínuo das vazões constitui elemento fundamental para a gestão eficiente dos recursos hídricos, permitindo o acompanhamento do comportamento hidráulico do sistema, a identificação de perdas de água, o controle operacional da rede e o suporte à tomada de decisões técnicas relacionadas à operação do sistema de abastecimento.

Atualmente, o SAAE possui medidores de vazão instalados em diversos pontos estratégicos do sistema, utilizados para monitoramento da rede de distribuição e acompanhamento operacional das unidades do sistema. Parte desses equipamentos encontra-se em processo natural de envelhecimento ou necessita de substituição gradual, além da necessidade de ampliação da rede de medição em novos pontos de controle operacional.

Nesse contexto, a aquisição de novos medidores de vazão permitirá:

- Ampliação da rede de monitoramento hidráulico do sistema de abastecimento.
- Substituição gradual de equipamentos existentes que apresentam desgaste ou limitações operacionais.
- Melhoria na confiabilidade dos dados de medição utilizados para gestão operacional.
- Fortalecimento do controle de perdas e da setorização da rede de distribuição.
- Aperfeiçoamento do sistema de telemetria utilizado para acompanhamento remoto das vazões.

Além do monitoramento operacional da rede, o SAAE também necessita de equipamentos destinados à medição de consumo em grandes usuários, tais como condomínios, empreendimentos comerciais, instituições e unidades industriais.

Nesses casos, a medição deve apresentar elevada precisão e confiabilidade metrológica, uma vez que os dados obtidos são utilizados para fins de controle de consumo e faturamento. Para essas aplicações, a utilização de medidores ultrassônicos apresenta vantagens operacionais, como alta sensibilidade em baixas vazões, estabilidade metrológica ao longo do tempo e ausência de partes móveis sujeitas a desgaste.

A modernização e ampliação do parque de medição da autarquia trará benefícios relevantes, tais como:

- Maior precisão e confiabilidade na medição das vazões do sistema.
- Melhoria no controle operacional da rede de distribuição de água.
- Maior capacidade de identificação de perdas e anomalias hidráulicas.
- Maior confiabilidade na medição de consumo de grandes usuários.
- Fortalecimento das ferramentas de gestão e planejamento operacional do sistema de abastecimento.

Dessa forma, a aquisição dos equipamentos mostra-se necessária e estratégica para garantir a eficiência operacional do sistema de abastecimento de água, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.²: A contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações do SAAE, estando alinhada às diretrizes institucionais de modernização e aprimoramento da infraestrutura de monitoramento do sistema de abastecimento de água.

A inclusão desta contratação no planejamento anual da autarquia visa garantir a ampliação e modernização do sistema de medição de vazão, fortalecendo as ferramentas de gestão operacional, controle de perdas e monitoramento do comportamento hidráulico da rede de distribuição.

A aquisição dos equipamentos contribui diretamente para o aprimoramento da gestão dos recursos hídricos e para o aumento da eficiência operacional do sistema de abastecimento, estando, portanto, alinhada às estratégias institucionais de melhoria contínua dos serviços públicos prestados pela autarquia.

Requisitos da contratação.³: A contratação deverá observar requisitos técnicos e administrativos que assegurem a qualidade dos equipamentos fornecidos, a confiabilidade das medições e a compatibilidade com as condições operacionais do sistema de abastecimento de água operado pelo SAAE.

O fornecimento dos equipamentos será realizado por meio de Ata de Registro de Preços, permitindo que a autarquia efetue as aquisições conforme a necessidade operacional ao longo da vigência da ata.

Os equipamentos ofertados deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e deverão ser novos, sem uso e de fabricação recente, devendo possuir qualidade construtiva adequada para operação contínua em sistemas de abastecimento de água.

08/04/2026, 13:03

Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim | 1Doc

Deverão ser contemplados equipamentos das seguintes tecnologias:

- Medidores de vazão ultrassônicos, destinados à medição de consumo em grandes usuários, devendo apresentar elevada precisão de medição, estabilidade metrológica ao longo da vida útil, ausência de partes móveis e recursos que garantam a integridade da medição para aplicações de controle de consumo e faturamento.
- Medidores de vazão eletromagnéticos, destinados principalmente ao monitoramento hidráulico da rede de distribuição de água, devendo possuir interfaces de comunicação compatíveis com sistemas de telemetria e protocolos de comunicação industrial que permitam sua integração ao sistema de supervisão e monitoramento utilizado pelo SAAE.

Os equipamentos deverão apresentar grau de proteção adequado para instalações em ambientes sujeitos à umidade ou eventual submersão, bem como construção robusta, resistência à corrosão e capacidade de operação contínua em sistemas hidráulicos.

Quando aplicável, os equipamentos deverão estar em conformidade com as normas técnicas e regulamentações pertinentes à medição de água, incluindo eventuais certificações metrológicas exigidas pelos órgãos reguladores competentes.

Os medidores deverão ser fornecidos acompanhados da documentação técnica do fabricante, incluindo manuais de instalação e operação, certificados de calibração de fábrica e demais informações necessárias para correta parametrização, instalação e utilização dos equipamentos.

O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser definido no instrumento convocatório, observando-se prazo compatível com os procedimentos logísticos e com a necessidade operacional da autarquia, contado a partir da emissão da ordem de fornecimento.

No caso específico dos medidores de vazão eletromagnéticos destinados ao sistema de telemetria, o modelo adotado como padrão tecnológico pela Autarquia é o WATERFLUX 3050, da fabricante KROHNE, ou equipamento tecnicamente equivalente que comprove plena compatibilidade operacional, construtiva e de comunicação com o sistema de telemetria existente, devendo o equipamento possuir interface de comunicação Modbus RTU, garantindo integração ao sistema atualmente utilizado pelo SAAE.

A padronização tecnológica do referido modelo decorre de necessidade técnica devidamente fundamentada, considerando que o SAAE já possui parque instalado composto por 20 (vinte) unidades do mesmo modelo em plena operação, integradas ao sistema supervisor e de telemetria da Autarquia. Tal condição assegura interoperabilidade entre equipamentos, uniformidade de parametrização, padronização dos procedimentos de instalação, operação e manutenção, além de facilitar o diagnóstico de falhas e a gestão operacional do sistema de macromedição.

A manutenção de um padrão tecnológico único proporciona ainda ganhos significativos de economicidade, ao eliminar a necessidade de aquisição e manutenção de estoques distintos de peças de reposição, reduzir custos com capacitação técnica da equipe operacional e simplificar os processos de manutenção corretiva e preventiva. A equipe técnica da Autarquia já possui experiência consolidada na operação e manutenção desse modelo específico, o que contribui para maior agilidade na resolução de ocorrências e redução do tempo de indisponibilidade dos equipamentos.

Adicionalmente, a uniformização tecnológica permite remanejamento operacional de equipamentos entre diferentes unidades do sistema de abastecimento, quando necessário, assegurando continuidade do monitoramento hidráulico em pontos críticos e mitigando riscos associados à indisponibilidade temporária de medidores.

A adoção de modelos distintos poderia implicar aumento da complexidade operacional, necessidade de treinamentos específicos para cada tecnologia empregada, maior imobilização de recursos em estoques variados de componentes e potenciais dificuldades de integração com o sistema de telemetria existente, fatores que impactariam negativamente a eficiência operacional e a economicidade da gestão pública.

A indicação de marca e modelo encontra respaldo no disposto no art. 41 da Lei nº 14.133/2021, que admite a padronização tecnológica quando devidamente justificada por razões técnicas, operacionais e econômicas, visando assegurar eficiência, continuidade e segurança na prestação dos serviços públicos.

Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.⁶ A estimativa das quantidades foi definida com base no levantamento das necessidades operacionais do SAAE, considerando a ampliação do sistema de monitoramento de vazão da rede de abastecimento, a substituição gradual de equipamentos existentes e a necessidade de instalação de medidores em grandes usuários atendidos pela autarquia.

Também foram considerados critérios técnicos relacionados à setorização da rede de distribuição, ao controle

08/04/2026, 13:03

Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim | 1Doc

operacional do sistema e à ampliação dos pontos de monitoramento hidráulico.

Dessa forma, estimam-se as seguintes quantidades para futura aquisição por meio da Ata de Registro de Preços:

Item Lote Tipo de Medidor DN (mm) Quantidade Estimada Mínima Quantidade Estimada Máxima

1	1	Ultrassônico DN 25	5	20
2	2	Ultrassônico DN 40	5	20
3	2	Ultrassônico DN 50	3	12
4	2	Ultrassônico DN 100	3	12
5	2	Ultrassônico DN 150	1	4
6	2	Ultrassônico DN 200	1	4
7	2	Ultrassônico DN 250	1	4
8	3	Eletromagnético DN 200	1	4
9	3	Eletromagnético DN 250	1	4
10	3	Eletromagnético DN 300	1	4
11	3	Eletromagnético DN 400	2	8
12	3	Eletromagnético DN 500	1	4

A adoção de quantidades mínima e máxima está relacionada à utilização do sistema de registro de preços, permitindo que a administração realize aquisições conforme a necessidade operacional ao longo da vigência da ata. Essa metodologia proporciona maior flexibilidade administrativa, melhor planejamento das aquisições e otimização do uso dos recursos públicos, evitando aquisições em quantidade superior à efetivamente necessária.

Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.¹: O levantamento de mercado foi realizado por meio de pesquisas em fabricantes e fornecedores especializados em instrumentação para sistemas de abastecimento de água, análise de catálogos técnicos, consultas a fornecedores do setor de saneamento e verificação de contratações semelhantes realizadas por outros órgãos públicos.

Verificou-se que os medidores de vazão eletromagnéticos e ultrassônicos são equipamentos amplamente utilizados em sistemas de abastecimento de água, processos industriais e aplicações de medição hidráulica, sendo fabricados e comercializados por diversas empresas nacionais e internacionais.

O mercado dispõe de múltiplas opções tecnológicas capazes de atender às necessidades da Administração, com equipamentos que apresentam diferentes faixas de diâmetro nominal, níveis de precisão, interfaces de comunicação e características construtivas adequadas para aplicações em sistemas de abastecimento de água.

Também foi constatada a existência de diversos fornecedores capazes de comercializar os equipamentos pretendidos, o que contribui para a competitividade do processo licitatório e amplia as possibilidades de obtenção de propostas vantajosas para a Administração.

No caso específico dos medidores eletromagnéticos, observa-se ampla disponibilidade de equipamentos compatíveis com sistemas de telemetria e comunicação industrial, permitindo sua integração a sistemas supervisórios utilizados em operações de saneamento.

Já os medidores ultrassônicos apresentam ampla aplicação em medições de consumo de água, especialmente em grandes usuários, sendo reconhecidos pela elevada precisão de medição, estabilidade metrológica e baixa necessidade de manutenção.

Dessa forma, conclui-se que não existem restrições relevantes de mercado que impeçam a aquisição dos equipamentos pretendidos, havendo oferta suficiente de fabricantes e fornecedores aptos a atender às especificações técnicas exigidas pela Administração, o que torna plenamente viável a realização do processo de contratação.

Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.²: A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em pesquisas preliminares de mercado, considerando valores praticados por fabricantes e fornecedores de equipamentos de medição aplicados ao setor de saneamento, bem como consultas a contratações públicas semelhantes.

Para fins de estimativa inicial deste Estudo Técnico Preliminar, foram adotados valores médios de referência, levando em consideração características técnicas dos equipamentos, como tecnologia de medição, diâmetro nominal, grau de proteção, recursos de comunicação e aplicações operacionais.

Considerando as quantidades máximas previstas para cada item, obtém-se a seguinte estimativa de valores:

Item Tipo de Medidor DN (mm) Quantidade Estimada Máxima Valor Unitário Valor Total Máximo

1 Ultrassônico DN 25 20 R\$ 1.564,00 R\$ 31.280,00
2 Ultrassônico DN 40 20 R\$ 4.249,00 R\$ 84.980,00
3 Ultrassônico DN 50 12 R\$ 6.739,73 R\$ 80.876,76
4 Ultrassônico DN 100 12 R\$ 8.963,00 R\$ 107.556,00
5 Ultrassônico DN 150 4 R\$ 14.494,01 R\$ 57.976,04
6 Ultrassônico DN 200 4 R\$ 16.418,00 R\$ 65.672,00
7 Ultrassônico DN 250 4 R\$ 24.510,99 R\$ 98.043,96
8 Eletromagnético DN 200 4 R\$ 26.019,04 R\$ 104.076,16
9 Eletromagnético DN 250 4 R\$ 30.523,67 R\$ 122.094,68
10 Eletromagnético DN 300 4 R\$ 32.226,82 R\$ 128.907,28
11 Eletromagnético DN 400 8 R\$ 43.104,69 R\$ 344.837,52
12 Eletromagnético DN 500 4 R\$ 56.391,42 R\$ 225.565,68
R\$ 1.451.866,08

Valor total estimado da contratação:

R\$ 1.451.866,08 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oito centavos.).

Os valores apresentados possuem caráter estimativo, tendo como finalidade subsidiar a análise de viabilidade da contratação nesta fase de planejamento. Os valores definitivos serão obtidos por meio de pesquisa formal de preços, conforme os procedimentos estabelecidos para instrução do processo licitatório.

A estimativa considera todos os custos necessários ao fornecimento dos equipamentos, incluindo transporte, tributos, encargos e demais despesas incidentes até a entrega dos medidores no local definido pela Administração. A contratação será realizada por meio de Ata de Registro de Preços, permitindo que a Administração efetue as aquisições conforme a necessidade operacional ao longo da vigência da ata, respeitando os limites quantitativos previstos para cada item.

Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.*: A solução proposta consiste na formação de Ata de Registro de Preços para aquisição de medidores de vazão para água, contemplando equipamentos das tecnologias eletromagnética e ultrassônica, destinados a diferentes aplicações dentro do sistema de abastecimento operado pelo SAAE.

Os medidores de vazão eletromagnéticos serão utilizados principalmente no monitoramento operacional da rede de distribuição de água, sendo instalados em pontos estratégicos do sistema com o objetivo de acompanhar o comportamento hidráulico da rede, possibilitar o controle de vazões e auxiliar na identificação de perdas de água. Esses equipamentos deverão possuir interfaces de comunicação compatíveis com o sistema de telemetria utilizado pela autarquia, permitindo a integração ao sistema supervisor e possibilitando o acompanhamento remoto das vazões, registro histórico de dados operacionais e suporte à tomada de decisões técnicas relacionadas à operação do sistema de abastecimento.

Já os medidores de vazão ultrassônicos serão destinados à medição de consumo em grandes usuários, tais como condomínios, empreendimentos comerciais, instituições e unidades industriais. Esses equipamentos apresentam elevada precisão de medição, estabilidade metrológica ao longo do tempo e ausência de partes móveis, características que contribuem para maior confiabilidade das medições e menor necessidade de manutenção.

A adoção dessas duas tecnologias permite atender de forma adequada às diferentes necessidades de medição do sistema de abastecimento, contemplando tanto o monitoramento operacional da rede de distribuição quanto a medição precisa de consumo em grandes usuários.

A solução proposta também contempla a padronização gradual do parque de medidores da autarquia, favorecendo a integração com os sistemas de telemetria existentes, simplificando procedimentos de manutenção, facilitando a operação dos equipamentos e garantindo maior uniformidade tecnológica no sistema de medição.

Com a implantação gradual dos novos medidores, o SAAE ampliará sua capacidade de monitoramento do sistema de abastecimento, aprimorará o controle operacional da rede de distribuição e fortalecerá os mecanismos de gestão e controle de volumes distribuídos e consumidos.

Dessa forma, a solução contribui diretamente para a melhoria da eficiência operacional do sistema de abastecimento de água e para o aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, refletindo positivamente na qualidade dos serviços prestados à população.

Justificativas para o parcelamento ou não da contratação.*: A contratação será estruturada por meio de Ata de Registro de Preços, mecanismo que permite à Administração realizar aquisições de forma parcelada ao longo da vigência da ata, conforme a necessidade operacional da autarquia.

Além disso, a contratação será organizada em lotes distintos, considerando as características tecnológicas e operacionais dos equipamentos a serem adquiridos, contemplando:

- lote destinado a medidores de vazão ultrassônicos, utilizados para medição de consumo em grandes usuários;
- lote destinado a medidores de vazão eletromagnéticos, utilizados para monitoramento operacional da rede de abastecimento.

A divisão em lotes apresenta diversas vantagens para a Administração, tais como:

- ampliação da competitividade do processo licitatório, permitindo a participação de fornecedores especializados em cada tecnologia;
- possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração;
- maior adequação técnica entre os equipamentos fornecidos e as aplicações operacionais do sistema de abastecimento;
- maior flexibilidade para aquisição conforme as necessidades operacionais ao longo da vigência da ata.

A adoção do registro de preços também permite que a Administração adquira os equipamentos conforme a disponibilidade orçamentária e a evolução das necessidades operacionais, evitando aquisições em quantidade superior à efetivamente necessária e contribuindo para a otimização do uso dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da contratação em lotes e a utilização do sistema de registro de preços mostram-se tecnicamente adequados e administrativamente vantajosos, garantindo maior eficiência, competitividade e flexibilidade à contratação pretendida.

Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.": A presente contratação tem como objetivo promover melhorias significativas no sistema de medição e monitoramento do abastecimento de água operado pelo SAAE, por meio da aquisição de medidores de vazão com tecnologias adequadas às diferentes necessidades operacionais da autarquia.

Com a ampliação e modernização do parque de medidores de vazão, pretende-se fortalecer o monitoramento hidráulico do sistema de distribuição de água, possibilitando maior precisão na medição das vazões, melhor acompanhamento do comportamento operacional da rede e maior confiabilidade das informações utilizadas para gestão do sistema.

A instalação de novos medidores eletromagnéticos em pontos estratégicos da rede permitirá ampliar o sistema de monitoramento operacional, contribuindo para:

- aprimoramento do controle de vazões distribuídas;
- identificação mais eficiente de perdas de água e anomalias operacionais;
- melhoria na gestão da pressão e setorização da rede de distribuição;
- fortalecimento das ferramentas de telemetria e supervisão do sistema.

No caso dos medidores ultrassônicos, destinados à medição de consumo em grandes usuários, espera-se maior confiabilidade na apuração dos volumes consumidos, garantindo medições mais precisas e estáveis ao longo do tempo, especialmente em situações de baixas vazões ou consumos variáveis.

A utilização do sistema de Ata de Registro de Preços permitirá que a autarquia realize aquisições conforme a evolução das necessidades operacionais ao longo da vigência da ata, proporcionando maior flexibilidade administrativa e melhor planejamento das aquisições.

De forma geral, os resultados esperados com a implementação desta contratação incluem:

- ampliação da capacidade de monitoramento hidráulico do sistema de abastecimento;
- melhoria no controle operacional da rede de distribuição de água;
- aumento da confiabilidade das medições utilizadas na gestão do sistema;
- aprimoramento da medição de consumo de grandes usuários;
- fortalecimento das ferramentas de gestão e planejamento operacional do SAAE.

Esses resultados contribuem diretamente para o aumento da eficiência operacional da autarquia e para a melhoria contínua dos serviços de abastecimento de água prestados à população.

Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.": Para viabilizar a presente contratação, foram realizadas diversas providências preliminares voltadas à identificação das necessidades operacionais da autarquia e à definição das características técnicas dos equipamentos a serem adquiridos. Inicialmente, foi realizado levantamento técnico junto às áreas operacionais do SAAE, com o objetivo de identificar os pontos do sistema de abastecimento que demandam ampliação ou substituição de equipamentos de medição de vazão, bem como a necessidade de instalação de medidores em grandes usuários atendidos pela autarquia. Com base nessas informações, foram definidas as tecnologias de medição mais adequadas para cada tipo de

aplicação, contemplando:

- medidores de vazão eletromagnéticos para monitoramento operacional da rede de distribuição;
- medidores de vazão ultrassônicos para medição de consumo em grandes usuários.

Também foram realizadas pesquisas de mercado junto a fornecedores e fabricantes de equipamentos de medição utilizados no setor de saneamento, bem como análise de contratações semelhantes realizadas por outros órgãos públicos, com o objetivo de obter referências de preços e verificar a disponibilidade de equipamentos capazes de atender às necessidades da Administração.

Adicionalmente, foram analisadas as condições de integração dos equipamentos com o sistema de telemetria e supervisão já utilizado pela autarquia, garantindo que os medidores a serem adquiridos sejam compatíveis com a infraestrutura tecnológica existente.

Essas providências preliminares permitiram estruturar adequadamente o processo de contratação, assegurando que as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência atendam às necessidades operacionais do SAAE e estejam alinhadas com as boas práticas de gestão no setor de saneamento.

Contratações correlatas e/ou interdependentes.º: Não foram identificadas contratações diretamente interdependentes para a viabilização do objeto desta contratação.

Os equipamentos a serem adquiridos poderão ser instalados e operados utilizando a infraestrutura existente no sistema de abastecimento de água e no sistema de telemetria atualmente utilizado pela autarquia, não sendo necessária a realização de contratações adicionais específicas para sua implantação.

Eventuais serviços de instalação ou adequação hidráulica poderão ser executados pelas equipes técnicas da própria autarquia ou por contratos de manutenção já existentes, quando aplicável.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação possui caráter autônomo, não dependendo da realização de outras contratações simultâneas para sua execução.

Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.º: Não foram identificados impactos ambientais significativos relacionados a esta contratação. Esta contratação atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6), pois visa assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todas e todas.

Pelo contrário, a ampliação e modernização do sistema de medição de vazão contribui para o aprimoramento da gestão dos recursos hídricos, possibilitando maior controle sobre os volumes de água distribuídos, melhor identificação de perdas no sistema de abastecimento e utilização mais eficiente da infraestrutura de distribuição.

A melhoria no monitoramento hidráulico da rede de abastecimento permite identificar vazamentos e anomalias operacionais com maior rapidez, contribuindo para a redução de perdas de água e para o uso mais racional dos recursos hídricos.

Nesse contexto, a contratação está alinhada com princípios de sustentabilidade e com iniciativas voltadas à melhoria da gestão da água e dos serviços de saneamento, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas relacionadas à preservação dos recursos naturais.

Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.º: Com base nas análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é tecnicamente viável, operacionalmente necessária e administrativamente adequada para atender às necessidades do SAAE.

A aquisição de medidores de vazão com tecnologias eletromagnética e ultrassônica permitirá ampliar e modernizar o sistema de medição da autarquia, fortalecendo o monitoramento operacional da rede de abastecimento de água e garantindo maior confiabilidade na medição de consumo de grandes usuários.

A utilização do sistema de Ata de Registro de Preços mostra-se adequada para esse tipo de contratação, pois permite que a Administração realize as aquisições conforme a necessidade operacional ao longo da vigência da ata, proporcionando maior flexibilidade administrativa e melhor planejamento do uso dos recursos públicos. Além disso, o levantamento de mercado realizado demonstrou a existência de diversos fornecedores aptos a fornecer os equipamentos pretendidos, garantindo competitividade ao processo licitatório e viabilidade de obtenção de propostas vantajosas para a Administração.

Diante do exposto, conclui-se que a implementação desta contratação é tecnicamente recomendável e alinhada ao interesse público, contribuindo para o aprimoramento da gestão do sistema de abastecimento de água e para a melhoria da eficiência operacional do SAAE.

Atenciosamente,

Mário Hélio Simões
Tecnologia da Informação

ANEXO III – ANÁLISE DE RISCO

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medidores de vazão para água, contemplando equipamentos das tecnologias **eletromagnética e ultrassônica**, destinados à medição, monitoramento e controle de vazões no sistema de abastecimento de água operado pelo SAAE, bem como à medição de consumo em grandes usuários, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

RISCO 01 – NÃO HAVER DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Probabilidade:	(x) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
	Causalidade		
1	Ações de contingenciamento		
	Dano		
1	Não será possível a contratação. As atividades serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.		
	Ação Preventiva	Responsável	
1	Buscar soluções estratégicas.	Solicitante	
	Ação de Contingência	Responsável	
1	Solicitar remanejamento de valores previstos na disponibilidade orçamentária anual da Autarquia.	Solicitante	
2	Revisão da necessidade imediata dos itens demandados.	Solicitante	

RISCO 02 – FALHA NA ESPECIFICAÇÃO OU QUANTITATIVO DOS MATERIAIS

Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
	Causalidade		
1	Falha na verificação das especificações ou quantitativos relacionados a demanda.		
	Dano		
1	Os materiais não atenderão todas as necessidades.		
2	Haverá prejuízos para as atividades.		
	Ação Preventiva	Responsável	
1	Descrever os itens do certame licitatório de forma a atender as especificações necessárias para o pleno	Solicitante	



	atendimento das necessidades.	
2	Descrever de forma detalhada os critérios de aceitabilidade dos materiais.	Solicitante
3	Revisar as cláusulas de obrigações da contratada e forma de entrega dos materiais	Solicitante
4	Planejar os quantitativos de forma realista, com base na média histórica.	Solicitante
	Ação de Contingência	Responsável
1	Estudar o grau de eficiência da contratação e/ou verificar a possibilidade de rescisão contratual.	Gestor do Contrato
2	Iniciar um novo processo licitatório para atender as necessidades de forma plena, se for o caso.	Solicitante

RISCO 03 – ATRASO NA CONCLUSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO		
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixa (x) Média () Alta	
	Causalidade	
1	Demora da equipe de planejamento ou do setor de licitações em formular os documentos necessários ou gerenciar as fases do processo.	
	Dano	
1	Não atendimento à demanda no prazo necessário.	
2	Haverá prejuízos para as atividades.	
	Ação Preventiva	Responsável
1	Solicitar aporte na equipe de planejamento e de licitações e contratos, se for o caso.	Solicitante e/ou Agente de Contratação
2	Iniciar o processo com antecedência, para saneamento de possíveis atrasos por questionamento ou impugnações.	Solicitante e/ou Agente de Contratação
	Ação de Contingência	Responsável
1	Revisão criteriosa das especificações do objeto e minuciosa verificação dos critérios de contratação, para evitar questionamentos ou impugnações.	Solicitante
2	Continuidade no suprimento das demandas com outra estratégia.	Solicitante

RISCO 04 – LICITAÇÃO DESERTA OU FRACASSADA		
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta	
	Causalidade	
1	Imprecisão na fase de planejamento (especificação, quantitativo, cotações e outros).	
2	Equivoco na fase do processo licitatório.	
3	Negligencia ou imperícia do fornecedor no cumprimento da exigências do processo.	
	Dano	
1	Demora na aquisição do material.	
2	As atividades serão comprometidas ou até mesmo inviabilizadas.	
	Ação Preventiva	Responsável
1	Estimar de forma adequada os valores dos materiais, para que o contrato seja economicamente viável ao licitante	Responsável pela Cotação
2	Estimar os quantitativos por meio de média histórica de consumo e/ou levantamento que indique a real necessidade do quantitativo dos materiais a serem adquiridos.	Solicitante
3	Atenção da equipe de licitações no processo, evitando a ocorrência de erros	Agente de Contratação
	Ação de Contingência	Responsável
1	Atualizar o preço estimado para que reflita de forma real o valor praticado no mercado, corrigindo a pesquisa de preços	Responsável pela Cotação
2	Corrigir o instrumento convocatório, reabrir o prazo para envio de proposta ou iniciar um novo processo.	Solicitante ou Agente de Contratação
	Causalidade	
1	Proposta com valor acima do estimado pela Autarquia.	
2	Exigencias que comprometam a competitividade do certame.	
	Dano	Responsável
3	Licitação Fracassada	Fornecedor Solicitante
	Ação Preventiva	Responsável
1	Pesquisa de preços realizada conforme legislação atual (NLLC), que reflita os valores de mercado.	Responsável pela Cotação

Ação de Contingência		Responsável
1	Nova pesquisa de preços	Responsável pela Cotação
2	Análise e adequação das exigências do certame.	Solicitante
3	Realização de novo processo de contratação	Agente de Contratação
Causalidade		
1	Desinteresse do fornecedor.	
2	Valor estimado para contratação inadequado	
3	Falha Especificação (produto inexistente no mercado ou especificação incorreta)	
Dano		Responsável
1	Licitações ou lotes desertos.	Desinteresse do Licitante e Responsável pela cotação e/ou Solicitante
Ação Preventiva		Responsável
1	Verificar as ofertas do mercado para a demanda, suas especificações e valores na fase de planejamento	Solicitante e/ ou Responsável pela Cotação
Ação de Contingência		Responsável
1	Realizar novo processo licitatório ou contratação com dispensa de licitação	Solicitante e/ou Agente de Contratação e/ou Responsável pela compra com Dispensa de Licitação

RISCO 05 – SELEÇÃO DE FORNECEDOR SEM CONDIÇÕES DE CUMPRIR O CONTRATO			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Causalidade			
1	Análise dos documentos apresentado pela licitante de forma equivocada		
2	Insuficiência de exigências técnico operacionais		
3	Fatos imprevisíveis de caso fortuito ou força maior		
4	Licitante participar do certame sem condições de atender as exigências contratuais e de maneira dolosa ou culposos prejudica o fornecimento dos materiais.		

Dano		
1	Interrupção do fornecimento de materiais.	
Ação Preventiva		Responsável
1	Solicitar reforço para equipe de Planejamento e de Licitações com ajuda operacional	Solicitante e Agente de Contratação
2	Treinar equipes de Planejamento e Licitações para verificação de documentação e descrição de especificações técnicas	Solicitante e Agente de Contratação
Ação de Contingência		Responsável
1	Providenciar abastecimento dos materiais de forma diversa	Gestor do Contrato
2	Verificar os procedimentos de rescisão contratual e penalidades se for o caso.	Gestor do Contrato
3	Providenciar início de novo processo de contratação.	Gestor do Contrato

RISCO 06 – MATERIAL ENTREGUE DE FORMA INEFICAZ OU EM NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE INEFICIENTE		
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta	
	Causalidade	
1	Recebimento do material realizado de forma inadequada	
2	Atraso no fornecimento do material	
	Dano	
1	Haverá prejuízos para as atividades, pois os materiais não atenderão as demandas ou não estarão disponíveis para realização das atividades	
	Ação Preventiva	Responsável
1	Realizar a fiscalização de forma assídua e eficaz quanto as especificações e prazos	Gestor do Contrato
2	Estabelecer um índice de medição de qualidade do material eficiente, conforme as especificações do instrumento convocatório.	Solicitante
3	Melhor definição do prazo de entrega.	Solicitante
4	Gestão de controle do prazo de entrega, se possível com emissão de alertas antes do termo.	Gestor do Contrato



5	Atenção do Fiscal ou Gestor, aquele que realiza o recebimento, para exigências previstas no Contrato ou Edital.	Fiscal/Gestor/Equipe de recebimento do Contrato
	Ação de Contingência	Responsável
1	Notificar o fornecedor sobre a insuficiência na entrega do material	Gestor do Contrato
2	Abertura de processo administrativo visando a sanção necessária.	Gestor de Contrato
3	Abrir processo administrativo visando a sanção do fornecedor infrator.	Agente de Contratação

Mário Hélio Simões

Divisão de Automação

19 3805 9929

mario.simoes@saaemogimirim.sp.gov.br



ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE (Papel timbrado da licitante)

AO

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE MOGI MIRIM

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico n. ____/2026, instaurado por essa Autarquia, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, nem sofremos as penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

Declaramos ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)

Assinatura por Certificado Digital ICP-Brasil



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MENOR E RESERVA DE CARGOS
(Papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026

A _____ empresa

inscrita no CNPJ n. _____, por intermédio de seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de identidade n. _____ e inscrito(a) no CPF sob n. _____, DECLARA para os fins do disposto no inciso I do artigo 62 da Lei Federal n. 14.133 de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Cumpre ainda, as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, prevista em lei e em outras normas específicas.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Declaramos ainda a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)

Assinatura por Certificado Digital ICP-Brasil



ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (Papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026

Apresentamos nossa proposta comercial: (os campos são de preenchimento obrigatórios)

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DO RESPONSÁVEL LEGAL

NOME DA EMPRESA:

CNPJ N.:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ENDEREÇO e TELEFONE: (obrigatório)*

E-MAIL: (obrigatório)*

REPRESENTANTE e CARGO:

CPF:

E-MAIL: (obrigatório)*

LOTE 01 – MEDIDOR DE VAZÃO ULTRASSÔNICO DN 25MM

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	MEDIDOR ULTRASSONICO DN 25MM	20		

LOTE 02 – MEDIDOR DE VAZÃO ULTRASSÔNICO DN40 A DN250MM

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	MEDIDOR ULTRASSONICO DN 40MM	20		
2	MEDIDOR ULTRASSONICO DN 50MM	12		
3	MEDIDOR ULTRASSONICO DN 100MM	12		
4	MEDIDOR ULTRASSONICO DN 150MM	4		



5	MEDIDOR ULTRASSONICO DN 200MM	4		
6	MEDIDOR ULTRASSONICO DN 250MM	4		

LOTE 03 – MEDIDOR ELETROMAGNÉTICO DN200 A DN500MM

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	MEDIDOR ELETROMAGNETICO DN 200MM	4		
2	MEDIDOR ELETROMAGNETICO DN 250MM	4		
3	MEDIDOR ELETROMAGNETICO DN 300MM	4		
4	MEDIDOR ELETROMAGNETICO DN 400MM	8		
5	MEDIDOR ELETROMAGNETICO DN 500MM	4		

*****EM CADA LOTE, A EMPRESA DEVE DESCREVER OS VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS, CONSIDERANDO APENAS DUAS CASAS DECIMAIS, SEM ARREDONDAMENTO.**

PROPOSTA – VALOR GLOBAL: R\$ (Por extenso)

Os preços deverão ser expressos em Reais (R\$), inclusas todas as despesas referentes à execução do fornecimento, sob pena de recusa da proposta apresentada.

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara ter pleno conhecimento dos termos do instrumento convocatório, das regras e condições gerais da contratação que rege a presente licitação.

No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos, implantação e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaro, sob pena de desclassificação, que a proposta de preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na



Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: 60 (SESENTA) DIAS.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)

Assinatura por Certificado Digital ICP-Brasil



ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (Papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade n. _____, e do CPF n. _____, DECLARA para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026, que atendem aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme disposto no inciso I do art. 63º da Lei n. 14.133/21.

DECLARA ainda, ter pleno conhecimento dos termos do instrumento convocatório, das regras e condições gerais da contratação que rege a presente licitação.

DECLARA também, a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)

Assinatura por Certificado Digital ICP-Brasil



ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade n. _____, e do CPF n. _____, DECLARA para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO ____/2026, sob as penalidades da lei, que se enquadra como [Microempresa] **ou** [Empresa de Pequeno Porte] nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e que a obtenção de benefícios nos termos do artigo 4º da Lei Federal n. 14.133/2012, fica limitado ao ano calendário de realização da licitação, em que, ainda, não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima permitida para fins de enquadramento como micro empresa e empresa de pequeno porte. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos em lei.

DECLARA também, a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)

Assinatura por Certificado Digital ICP-Brasil



ANEXO IX – DECLARAÇÃO GERAL

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) do Documento de Identidade n. _____, e do CPF n. _____, DECLARA para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026, sob as penalidades da lei:

- Que observa as normas relativas à saúde e segurança no Trabalho, para fins estabelecidos no parágrafo único do Artigo 117 da Constituição do Estado de São Paulo.
- Que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do § 1º, do artigo 62 da Lei Federal n. 14.133/21.
- Não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da ativa no Município de Mogi Mirim que impossibilite a participação na referida Concorrência Pública.

DECLARA também, a veracidade da assinatura, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, nos moldes da Lei n. 13.726/2018.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal/RG)

Assinatura por Certificado Digital ICP-Brasil



ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. ____/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ATINENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2026, REFERENTE (objeto)... SAAE, REGISTRADA ENTRE O SAAE MOGI MIRIM E A EMPRESA _____.

O Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Mogi Mirim, Pessoa Jurídica, com sede administrativa nesta cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, à Rua Dr. Arthur Candido de Almeida, n. 114, Nova Mogi, inscrita no CNPJ/MF sob n. 46.711.362/0001-91, neste ato representado por _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, n. ____/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n. 14.133/21, nos Decretos Municipais n. 9.166/2023, 9.304, 9.305 e 9.306/2025, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para as futuras e eventuais aquisições de (objeto)..., conforme especificação constante do Termo de Referência – Anexo I, do Edital de Licitação n. ____/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:



Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2.3 Os medidores de vazão deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do envio da ordem de compra/nota de empenho, nos termos do edital.

3 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei n. 14.133/21.

4.3 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.4 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.5 O instrumento contratual de que trata o item 4.3 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



4.6 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei n. 14.133/21.

4.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

4.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no edital da licitação ou na Lei n. 14.133/21.

4.10 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.12 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de certificação digital ICP-Brasil.

4.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



5 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n. 14.133/21;

5.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.2 Na hipótese de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei n. 14.133/21.

I) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade, com data base vinculada à data do orçamento estimado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

II) o caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, que deverá ser analisado gestora da Ata.

6 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

6.4 Se não obtiver êxito nas negociações, entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.5 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante



comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.6 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.7 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas no edital da licitação e na Lei n. 14.133/21.

6.8 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.13.

6.9 Se não obtiver êxito nas negociações, a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.10 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/21.

7.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/21, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.3 O cancelamento de registros será formalizado por despacho da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



7.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I) Por razão de interesse público;
- II) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

8 DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços será caracterizado, quando o fornecedor:

- 8.1.1 Der causa à inexecução parcial do Ata;
- 8.1.2 Der causa à inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3 Der causa à inexecução total da Ata;
- 8.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 8.1.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata;
- 8.1.6 Praticar ato fraudulento na execução da Ata;
- 8.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.1.9 Entregar objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações Contratadas;

8.2 Com fulcro no art. 156 Lei n. 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

- I) Advertência;
- II) Multa;
- III) Impedimento de licitar e contratar;
- IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.3 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



8.4 Será aplicada MULTA MORATÓRIA nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na seguinte forma:

8.4.1 de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

8.4.2 de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.4.3 O atraso superior aos limites dos itens 8.4.1 e 8.4.2 autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.5 A MULTA COMPENSATÓRIA será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais, por qualquer das infrações administrativas previstas nos incisos de 8.1.1 à 8.1.9, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, objetivando-se a compensação das eventuais perdas nas quais a Administração tenha incorrido, da seguinte forma:

Infração (Subitens)	Percentual da multa
8.1.1	20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada
8.1.2, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7, 8.1.8, 8.1.9	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado

8.6 As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

8.7 A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, observado o disposto no art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21.

8.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com o Contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, da seguinte forma:

Infração (Subitens)	Pena
----------------------------	-------------



8.1.2.	impedimento pelo período de até dois anos.
8.1.3.	impedimento pelo período de até três anos
8.1.4.	impedimento pelo período de até um ano

8.10 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
8.1.5.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
8.1.6, 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9	declaração de inidoneidade de até seis anos

8.11 Será aplicada a sanção de que trata o subitem 8.10 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.2, 8.1.3 e 8.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

8.12 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

8.13 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto nos artigos 157 e seguintes da Lei n. 14.133/21.

8.14 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento decorrente da aquisição ou prestação dos serviços do objeto registrado, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados da liquidação.

9.2 O documento de cobrança será mediante nota fiscal, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pelo fornecedor.

9.3 Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal, a gestora, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando



qualquer ônus para a entidade gerenciadora da Ata.

9.4 Na hipótese de devolução, a nota fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições de pagamento.

9.5 A entidade gerenciadora efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos ao fornecedor, na forma da legislação aplicável.

9.6 No caso de atraso pela gestora da Ata, os valores devidos ao fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

9.7 Não será admitido cessão de crédito não fiduciário.

10 CONDIÇÕES GERAIS

10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do Fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Mogi Mirim, _____ de _____ 2026.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário



ANEXO XI - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.: ____/2026

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Mogi Mirim, ____ de _____ de 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:



Nome:
Cargo:
CPF:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:
NOME:
CARGO:
CPF:

Pela contratada:
Nome:
Cargo:
CPF:

GESTOR(ES) DO CONTRATO:
Nome:
Cargo:
CPF:

DEMAIS RESPONSÁVEIS:
Tipo de ato sob sua responsabilidade: Agente de Contratação
Nome:
Cargo:
CPF:



ANEXO XII - CADASTRO DO RESPONSÁVEL

ÓRGÃO: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE MOGI MIRIM

PREGÃO ELETRÔNICO N. _____/2026

Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Período de gestão:	

As informações pessoais dos responsáveis estão cadastradas no módulo eletrônico do Cadastro TCESP, conforme previsto no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração de Atualização Cadastral" ora anexada (s).

A CONTRATADA deve encaminhar a "Declaração de Atualização Cadastral" emitida pelo sistema "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", para remessa do presente documento ao TCESP.

Mogi Mirim, _____ de _____ de 2026.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE MOGI MIRIM



ANEXO XIII - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE:

CNPJ N.:

CONTRATADA:

CNPJ N.:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° (DE ORIGEM): _____/2026

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- d) comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- e) as plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Mogi Mirim, ____ de _____ de 2026.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE MOGI MIRIM



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2703-0CE8-21C7-B754

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



NEIROBERTO SILVA (CPF 777.XXX.XXX-53) em 23/04/2026 14:04:46 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saaemogimirim.1doc.com.br/verificacao/2703-0CE8-21C7-B754>